

O “Comum e a Não Propriedade”: a ontologia Zapatista na defesa do território e no confronto ao ontocídio do capital no Sul Global

Lia Pinheiro Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Bolsista Produtividade CNPQ - PQ/2

RESUMO

O artigo apresenta a concepção de território e da defesa dos comuns à luz da ontologia política e da luta autônoma do Movimento Zapatista, no México. O argumento central consiste em que as matrizes ontológicas e epistêmicas da autonomia Zapatista constituem um elemento fundamental no enfrentamento do ontocídio, histórico método do capital para expandir-se territorialmente. Outrossim, há aprendizagens importantes da autonomia Zapatista que podem inspirar e dialogar com outros processos de defesa territorial correntes no Sul Global, como a proposta política do «Comum e a Não Propriedade», como ponto de inflexão na análise que o Zapatismo realiza das reconfigurações do capitalismo, trazendo à lume novas estratégias de enfrentamento do capitalismo por espoliação no século XXI. O método e a discussão teórico-analítica apresentados no artigo incorporam: a) o materialismo histórico-dialético na abordagem das reconfigurações do capitalismo contemporâneo e as estratégias de expropriação dos territórios; b) a abordagem das categorias terra, território e territorialidade à luz da geografia agrária crítica e da sociologia territorial; c) os estudos da antropologia linguística maia para a compreensão das matrizes ontológicas e epistêmicas que fundamentam a concepção do território sob a ótica zapatista; d) o estudo teórico-empírico da experiência do Zapatismo.

Palavras-chave: Ontologia Zapatista; Ontocídio; Território em Comum; Defesa da Vida; Zapatismo.

The Commons and non-Property”: Zapatista ontology in the defense of territory and confrontation with the ontocide of capital in the Global South

ABSTRACT

This article presents the concept of territory and the defense of the commons in the light of the political ontology and autonomous struggle of the Zapatista Movement in Mexico. The central argument is that the ontological and epistemic foundations of Zapatista autonomy are a fundamental element in confronting ontocide, capital's historic method of territorial expansion. Furthermore, there are important lessons learned from Zapatista autonomy that can inspire and dialogue with other processes of territorial defense underway in the Global South, such as the political proposal of “the Commons and Non-Property”, as a turning point in Zapatismo's analysis of the reconfigurations of capitalism, bringing to light new strategies for confronting capitalism by spoliation in the 21st century. The method and theoretical-analytical discussion presented in the article incorporate: a) historical-dialectical materialism in the approach to the reconfigurations of contemporary capitalism and the strategies of expropriation of territories; b) the categories of land, territory and territoriality in the light of critical agrarian geography and territorial sociology; c) studies of Mayan linguistic anthropology to understand the ontological and epistemic foundations of the concept of territory from the Zapatista point of view; d) the theoretical-empirical



study of the experience of Zapatismo.

Keywords: Zapatista Ontology; Ontocide; Territory in Common 3; Defense of Live 4; Zapatism.

El “Común y la No Propiedad”: la ontología Zapatista en la defensa del territorio y en el confronto del ontocidio del capital en el Sur Global

RESUMEN

Este artículo presenta el concepto de territorio y la defensa de los comunes a la luz de la ontología política y la lucha autonómica del Movimiento Zapatista en México. El argumento central es que las matrices ontológicas y epistémicas de la autonomía Zapatista constituyen un elemento fundamental para enfrentar el ontocidio, método histórico del capital para expandirse territorialmente. Además, existen aprendizajes importantes de la autonomía Zapatista que pueden inspirar y dialogar con otros procesos de defensa territorial que actualmente tienen lugar en el Sur Global, como la propuesta política del «Común y la No Propiedad» como un punto de inflexión en el análisis del Zapatismo sobre las reconfiguraciones del capitalismo, y las nuevas estrategias para enfrentar al capitalismo por expropiación en el siglo XXI. El método y la discusión teórico-analítica presentados en el artículo incorporan: a) el materialismo histórico-dialéctico en el abordaje de las reconfiguraciones del capitalismo contemporáneo y las estrategias de expropiación de territorios; b) el abordaje de las categorías tierra, territorio y territorialidad desde la geografía agraria crítica y de la sociología territorial; c) los estudios de antropología lingüística maya para comprender las matrices ontológicas y epistémicas que fundamentan la concepción del territorio desde la perspectiva zapatista; c) el estudio teórico-empírico de la experiencia zapatista.

Palabras clave: Ontología Zapatista; Ontocídio; Territorio en Común; Defensa de la Vida; Zapatismo.

INTRODUÇÃO

O processo histórico de desenvolvimento do capitalismo em escala global afetou, profundamente, a natureza das relações sociais e de produção em diferentes regiões do mundo. Da acumulação originária (MARX, 2011) à reprodução ampliada do capital (LUXEMBURGO, 1970), chegamos ao final do século XX com reconfigurações do padrão de acumulação por espoliação, marcadas por uma intensificação da expropriação dos territórios, de caráter violento. Um elemento desse processo é o acirramento na disputa de concepções e usos do território: de um lado, o capital transnacional e financeiro defende uma concepção de desenvolvimento atrelada à exploração territorial para a extração de *commodities*; de outro, uma concepção do território para a vida e o bem viver, conforme concebida pelos povos indígenas, camponeses e diferentes povos do campo, sejam, populações ribeirinhas, quilombolas, pescadores, nômades, entre outros. Na contemporaneidade, pesquisas vinculadas ao campo dos estudos agrários demonstram, sob o prisma do materialismo histórico-dialéctico, que a luta de classes se acentua nas zonas rurais (VELTMEYER, 2018), por serem regiões de interesse estratégico nesse novo padrão de acumulação do capital. A evolução de um modelo de desenvolvimento agrícola corporativo de grande escala (VAN DER PLOEG, 2008), associado a uma economia política de caráter neoextrativista, baseada na produção de *commodities*, evidencia o interesse de expansão do capital, sobretudo nos territórios do Sul Global, isto é, aqueles localizados na América Latina, África e Ásia.



A exploração desenfreada dos territórios desembocou, no século XXI, na emergência climática e na crise energética, provocando uma mudança discursiva dos governos e dos setores corporativos, que passam a defender um modelo de desenvolvimento baseado na geração de “energia limpa” ou de “energias renováveis”. Portanto, neste século, a “energia renovável” torna-se o eixo estruturante da concepção de desenvolvimento sob a égide do capital, o que tem aprofundado a disputa dos territórios para a exploração hídrica, eólica, mineral, solar e da biodiversidade, acentuando os conflitos no campo e um processo de desterritorialização forçada em diferentes países dessas regiões do globo. Frente a esse contexto, reforçar-se a defesa dos territórios e dos comuns enquanto um imperativo da histórica resistência dos povos originários, povos indígenas, camponeses e demais povos do campo que enfrentam cotidianamente a ofensiva do capital, digamos, no terreiro de casa, haja vista que, cada vez mais, bate à porta, ou entra casa adentro, as múltiplas violências que acompanham esta ofensiva capitalista.

Diferentes expressões da *práxis* política desses povos em resistência têm incidido na confrontação desse padrão de acumulação, em especial ao propor e impulsionar projetos políticos alternos baseados em outro paradigma onto-epistêmico do campo (BARBOSA, 2019a; 2022a). Deste paradigma emergem ontologias que revelam os sentidos atribuídos à existência no e com o território. Mas não só: também demarca dimensões epistêmicas fundamentais para a luta anticapitalista que, por sua vez, também é uma luta anticolonial, anti-imperialista, antipatriarcal e antirracista. Entre estas lutas, destaca-se a insurgência armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (doravante EZLN), um exército indígena que declarou guerra ao Estado mexicano e ao capital na madrugada do dia 01 de janeiro de 1994, data em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), tratado trilateral firmado entre os Estados Unidos, Canadá e México.

Nos seus 40 anos de existência,¹ o Movimento Zapatista consolidou a autonomia como projeto político, um processo que se iniciou com a retomada de terras e que se cristalizou com a autonomia territorial. A concepção e consolidação de um projeto autônomo traz em seu bojo uma base ontológica e epistêmica enraizada em referentes do pensamento filosófico maia, bem como da memória histórica das rebeliões indígenas e das lutas revolucionárias.

No presente artigo, apresentarei os elementos que estruturam a concepção territorial à luz da autonomia Zapatista, vinculada à defesa dos territórios e dos comuns no marco de uma luta anticapitalista e anti-imperialista. Para tanto, apresento a territorialidade zapatista enquanto ontologia que se contrapõe ao que denomino como ontocídio do capital (BARBOSA, 2022b), tomando como elemento central a proposta política do «Comum e a Não Propriedade» anunciada recentemente durante as comemorações do trigésimo aniversário do levante zapatista, ao final de 2023. Três premissas são centrais neste escrito: 1) a de que persiste, em nossa contemporaneidade, a existência de formas de organização sociocultural e política não capitalistas baseadas em outras matrizes de pensamento e de pertencimento territorial, que lhes permite adjudicar outras concepções de território que se contrapõem à lógica de desenvolvimento auspiciada pelo capitalismo; 2) a insurgência Zapatista desvela a nova modalidade para a reprodução ampliada do capital e a reconfiguração do imperialismo na

¹ A considerar o tempo de clandestinidade do EZLN, conformado em 1983.



transição do século XX ao XXI; c) a ontologia Zapatista revela dimensões ontológicas do território que nos permitem um diálogo com outras lutas em defesa do território no Sul Global, regiões também impactadas pela espoliação do capital de caráter neoextrativista.

O artigo estrutura-se em duas partes: a primeira é destinada a apresentar o padrão de acumulação contemporânea do capital a partir da implementação dos corredores para o livre comércio e o ontocídio como método de expropriação territorial; na segunda parte, apresento a história do Zapatismo, com ênfase na sua ontologia e territorialidade políticas, na concepção e exercício da autonomia, e na proposição do «Comum e a Não Propriedade», proposta política apresentada durante as celebrações do trigésimo aniversário da insurgência armada, em 2023.

BREVE NOTA METODOLÓGICA

O método e a discussão teórico-analítica apresentados no artigo incorporam: a) o materialismo histórico-dialético na abordagem das reconfigurações do capitalismo contemporâneo, sobretudo em relação ao paradigma neoextrativista e as estratégias de expropriação dos territórios decorrentes dos modelos de integração dos corredores econômicos; b) a abordagem das categorias terra, território e territorialidade à luz da geografia agrária crítica e da sociologia territorial; c) os estudos da antropologia linguística maia para a compreensão das matrizes ontológicas e epistêmicas que fundamentam a concepção do território sob a ótica zapatista; d) análises e dados oriundos de pesquisas por mim realizadas ao longo de quinze anos acompanhando *in loco* a consolidação das diferentes vertentes da autonomia zapatista, com pesquisa de campo, entrevistas e registros em diário de campo (BARBOSA, 2014; 2015; 2016a,b; 2017; 2018; 2019a,b,c; 2021a; BARBOSA; ROSSET, 2023), bem como da análise de fontes primárias, isto é, dos documentos produzidos pelos Zapatistas, como seus comunicados políticos e suas produções teóricas citadas ao longo do artigo.

Não há um sentido unívoco na abordagem das categorias “terra” e “território”, muito embora “o território remete a uma realidade mais ampla e complexa do que aquela recoberta pelo termo “terra” (GUEDES, 2018, p. 204). Neste artigo, o território é apreendido no sentido atribuído por Haesbaert (2011), isto é, o território se vincula a relações de poder e com o controle de processos sociais mediante o controle do espaço. Do mesmo modo, em diálogo com o mesmo autor, a desterritorialização não está dissociada de uma reterritorialização, no sentido de que “todo proceso y toda relación social implican siempre simultáneamente una destrucción y una reconstrucción territorial. Por lo tanto, para construir un nuevo territorio hay que salir del territorio en que se está, o construir allí mismo otro distinto (HAESBAERT, 2011, p. 13).

Essa abordagem nos permite situar as múltiplas expressões dessas relações em um contexto de conflito e disputa, em que há tanto espaços de dominação como espaços de resistência (ROSSET, 2018) e de existências (NÓBREGA, 2023), em que essas disputas se expressam em uma multiplicidade de dimensões de caráter espacial, social, cultural, econômica, política, teórica e ideológica sobre territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2009). Conforme Rosset (2018), a disputa por territórios materiais está relacionada à “luta pelo acesso, controle, uso e (re)configuração da terra e do território físico, que consiste em comunidades, infraestrutura, solo, água, biodiversidade, ar, montanhas, vales, planícies, rios, costas e etc.”



(ROSSET, 2018, p. 195). Por sua vez, Fernandes (2008) destaca que o território imaterial se refere ao terreno das ideias e elaborações teóricas. Sendo assim, se trata de um *território complexo* (CECEÑA, 2001), entendido como espaço material e simbólico de criação da história e da cultura, com incidência nas dinâmicas da hegemonia e do imperialismo, uma vez que as construções e modos de uso do território podem provocar profundas transformações nas relações sociais, nas relações entre nações, na história e cultura regionais e nas correlações de forças entre distintas visões de mundo.

Além das abordagens apresentadas, o artigo trará à lume como os sujeitos sociais, no caso, os próprios Zapatistas, concebem seus territórios e as relações estabelecidas com ele, reconhecendo que também se trata de uma concepção territorial erigida por suas matrizes onto-epistêmicas e articuladas à ação política de defesa do território, vinculadas a outras formas de organização e reprodução da vida e dos comuns, constitutivas do caráter *abigarrado*² de nossa formação sócio-histórica como sociedades latino-americanas (BARBOSA, 2021b),³ o que revela uma territorialidade própria e com uma linguagem que se territorializa (PORTO GONÇALVES, 2009). No processo de defesa do território, os diferentes povos incorporam “os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que [se] dá ao território e às formas de defesa deste” (LITTLE, 2002, p. 04). Portanto, conforme a análise de Milton Santos. “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.” (SANTOS, 2002, p. 96).

Essa breve nota metodológica permitirá à leitora e ao leitor compreender o processo histórico-político do Movimento Zapatista, sua territorialidade e sua concepção territorial a partir de uma ontologia política que se contrapõe à ontologia política do capital, o que necessariamente incorpora uma dimensão de conflitos territoriais. Entretanto, esses conflitos não se reduzem a um viés negativo, ao contrário, “podem trazer à tona outras formas de ocupação não capitalista dos espaços, que também incidem em uma conceitualização territorial, traduzindo outras relações, inclusive entre não humanos, com os territórios.” (NÓBREGA; BARBOSA, 2021, p. 123).

CORREDORES PARA O LIVRE COMÉRCIO E O DESPOJO TERRITORIAL

Para compreender a luta empreendida pelo Zapatismo ao final do século XX, sua concepção de autonomia como projeto político de caráter emancipatório e anticapitalista, e a centralidade do território no âmbito deste movimento, é essencial deter-nos no processo histórico que faz emergir a insurgência armada de um exército indígena: a *longa noite dos 500 anos*. Esta metáfora zapatista remete ao que significou cinco séculos, da conquista à consolidação do capitalismo, de um sistema de opressão e exploração que não afetou somente os povos originários,⁴ mas a totalidade de nossas sociedades, sobretudo nos países que sofreram

² O conceito de “abigarrado” ou “abigarramiento” não possui uma tradução na língua portuguesa. O conceito está presente nas obras de Bonfil Batalla (1987), porém é desenvolvido por René Zavaleta (2009), ao analisar o momento constitutivo da forma Estado na América Latina. Uma sociedade abigarrada é aquela de caráter heterogêneo e na qual o capitalismo e sua racionalidade não conseguiram penetrar completamente.

³ Há uma diversidade de povos que concebem seu território a partir de uma concepção própria, a exemplo do *Teko Araguayie* «jeito sagrado de ser» do povo Guarani e Kaiowá (BENITES, 2021).

⁴ Utilizo o termo em referência aos povos pré-existentes aos processos de colonização, como é o caso do povo Maia, entre outros. No caso do Movimento Zapatista, constituem a descendência direta dos povos de tronco maia da região mesoamericana.



a colonização e as metamorfoses da questão colonial no contexto de gênese e reprodução do capitalismo, que segue seu curso no século XXI.

Em seu processo histórico, a expansão do capitalismo sempre foi territorial. No século XX há um elemento novo, que é o fato de tornar-se um fenômeno regular, isto é, de dinâmicas geoeconômicas, políticas e culturais que garantem uma reprodução contínua e ampliada do capital. Se em outros modos de produção prévios ao capitalismo o elemento determinante do funcionamento social era o de atender as necessidades sociais, no sistema capitalista, a razão fundamental da reprodução é a produção de mais valia, um processo que combina a exploração da força de trabalho e a técnica para a mercantilização da natureza. Entretanto, em consonância com a análise de Rosa Luxemburgo (1970), há uma exigência inevitável para a reprodução ampliada do capitalismo, qual seja, a homogeneização das sociedades não capitalistas. Sob o prisma de René Zavaleta (2013), trata-se de uma homogeneização totalizadora, no sentido de enraizar a racionalidade capitalista em sociedades marcadas pela instauração prévia de uma ordem colonial, em que não se conseguiu, de um todo, destruir outras formas de organização da vida social e política que não eram capitalistas. Portanto, a condição primordial para o desenvolvimento histórico do capitalismo é penetrar diferentes esferas da vida, sobretudo as subjetividades, submetendo-as aos imperativos da lógica mercantil (LUXEMBURGO, 1970). Isto posto, a reprodução do capital integra um elemento de ordem histórico-cultural, o que considero ser sua natureza ontológica, que não se restringe a uma reprodução das relações produtivas, mas incorpora uma concepção ontológica de desenvolvimento, um paradigma societário, o que implica certo nível de domínio da natureza e a subjetivação da sociedade sob o signo dos valores que sustentam a racionalidade do capital.

As sociedades não capitalistas são aquelas anteriores ao surgimento do capitalismo e/ou aquelas em que o capitalismo não conseguiu penetrar completamente, no sentido de concretizar sua racionalidade no âmbito das relações sociais e produtivas. É o caso dos povos originários, por exemplo, cuja base da formação social é milenária e regida por outro paradigma societário, de caráter comunal, o que os torna um obstáculo para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Nessa linha, Mariátegui (1979), destaca que as lógicas de organização da vida no *ayllu* - a comunidade incaica - persistiram entre os povos indígenas, causando fissuras na forma de assimilação buscada no período colonial e republicano, uma vez que o espírito individualista da racionalidade capitalista não havia se instalado entre os povos indígenas. Do mesmo modo, há formas de organização política no continente africano que mantêm outras referências não ocidentais em sua base social e política, como o caso dos Ashantis, para citar um exemplo (WIREDU, 2000). Entretanto, Walter Rodney (2022), destaca como o colonialismo constituiu um sistema basilar de subdesenvolvimento da África, afetando o conjunto das relações sociais, comunitárias e políticas, processo acentuado com o desenvolvimento capitalista na Europa.

À luz da análise de Rosa Luxemburgo (1970), o processo de produção capitalista é formado por uma unidade de dois elementos distintos, porém intimamente imbricados: as condições sociais e as condições técnicas, estas vinculadas à relação dos seres humanos com a natureza. Não obstante, há um fator a ser acrescentado a esta análise, que é o fato de que o território constitui a mediação dessa relação que, no caso das sociedades indígenas, é concebida



na perspectiva da *produção da vida*. Neste caso, à unidade «seres humanos - natureza» é acrescida a dimensão subjetiva do que muitos povos originários latino-americanos definem como *sentipensamento*, princípio ontológico que define o sentimento de pertença ao território e os sentidos epistêmicos atribuídos a ele e na coexistência com ele, compreendo o território como lugar de construção de um *ethos* social, comunal e de vida (BARBOSA, 2019a).

Uma premissa fundamental da economia política marxiana é a constatação de que o capital, desde sua gênese, se desenvolveu em um meio social não capitalista. A sua reprodução, como fenômeno regular, requer tanto o processo de apropriação das forças produtivas para fins de exploração, como o impulso sistemático de todos os recursos produtivos existentes no planeta (LUXEMBURGO, 1970). Por tal razão, a propriedade privada da terra é basilar na gênese do capitalismo, por ser o dispositivo legal que assegura o monopólio da exploração desses recursos. Ao analisarmos a economia colonial, constatamos que a expansão territorial teve uma relação direta com esta gênese, uma vez que a acumulação originária constituiu a abertura para a circulação do capital europeu. Tanto Marx e Engels quanto Rosa Luxemburgo analisaram esse processo histórico com precisão, a partir do caso inglês e francês, na Índia e Argélia, respectivamente (MARX; ENGELS, 1973; LUXEMBURGO, 1970). Se nos enfocamos na história colonial em um sentido mais amplo, esse processo de apropriação territorial se deu de forma sumamente violenta e de múltiplas maneiras, seja por meio do genocídio ou da própria instauração da ordem escravocrata, método empregado para subjugar e desumanizar civilizações na África, nas Américas e no Caribe (FANON, 2021b; CÉSAIRE, 2010; BONFIL BATALLA, 1987). No entanto, ao adentrar a fase da reprodução ampliada do capital, há uma modificação na estratégia de expansão do capital ocasionada pelo seguinte fato: já não era suficiente a expropriação da terra, uma vez que as sociedades não capitalistas guardavam consigo formas ancestrais de organização familiar e comunal, incluindo a propriedade comunal da terra, que sustentava outras lógicas de produção da vida a partir de marcos ontológicos distintos aos da racionalidade capitalista. Inclusive nos contextos escravocratas se mantinha uma resistência ativa de caráter comunal que, ao avançar no enfrentamento da ordem colonial, ativava estas formas ancestrais, conforme observado nos Quilombos, ou ainda em processos revolucionários, a propósito da Revolução Haitiana.

Isto posto, era condição *sine qua non* ao capital aperfeiçoar os métodos de expropriação, com o foco na impreterível destruição da vida comunal, núcleo da organização social destas sociedades não capitalistas. Esse método foi aplicado por países colonizadores, com destaque para a Inglaterra e a França em relação à Índia e à Argélia, de modo respectivo (MARX; ENGELS, 1973; LUXEMBURGO, 1970; FANON, 2021a).

Em ambos os casos, o método primordial foi expropriar a terra, instituir a propriedade privada da terra e, logo, oferecê-la ou arrendá-la a setores sociais oligárquicos dentro da própria sociedade colonizada, com o fito de provocar cisões e divisões internas e, dessa forma, irromper, por dentro, as formas de organização comunal em territórios compartilhados.⁵ No caso dos árabes, por exemplo, a vida em comunidade tinha um arraigo na *terra em comum*. Rosa Luxemburgo (1970) argumenta que a estratégia francesa era aniquilar a organização da

⁵ Para conhecer os detalhes do método utilizado por ingleses e franceses, consultar as obras de Marx e Engels, Rosa Luxemburgo e Franz Fanon referenciadas neste artigo.



vida comunal baseada na terra em comum para, assim, destruir o poder das famílias como comunidades sociais, enfraquecendo, por conseguinte, sua resistência. Dessa maneira, poderiam usufruir plenamente da exploração da terra em comum expropriada das famílias árabes que viviam milenariamente em comunidades. Embora tenha sido um método exitoso em vários contextos coloniais, não conseguiu de um todo aniquilar estas formas de organização de caráter comunal, portanto, ao longo da história perdura a existência simultânea de sociedades capitalistas e não capitalistas.

As bases ontológicas do capitalismo como condição histórica de existência estão enraizadas nesse percurso histórico e marcadas pela luta permanente contra todas as formas sociais e econômicas não capitalistas, com o fito de assegurar sua reprodução territorialmente, o que lhe permite apropriar-se das fontes produtivas em sua totalidade. Na contemporaneidade, essa condição vital de existência do capital desloca-se da apropriação da terra à apropriação do território, do que esteja acima dele ou em seu subterrâneo: a terra, a água, o ar, a energia solar, minerais, a biodiversidade e o próprio ser humano, no caso, aquele em condição de subalternização histórica para continuar cumprindo sua função como mão de obra barata ou escravizada. Nesse deslocamento da apropriação da terra à apropriação do território acentua-se a disputa do território, entendendo-o como *território complexo* (CECEÑA, 2001). Seguindo a análise de Ceceña (2001), essa transição era um momento transcendental para o estabelecimento de uma nova territorialidade da dominação que não se limitava ao uso econômico da terra, ou seja, a privatização de algum espaço estatizado e seus recursos ou o uso político dos espaços geográficos. Isso representava uma substantiva mudança de conteúdo e dinâmica em todas as dimensões da vida social, uma vez que a expropriação dos territórios e dos bens naturais modifica, junto a ele, os sentidos da vida construído historicamente. Há uma incidência nas concepções de nação e soberania, bem como na capacidade de autonomia e autodeterminação (CECEÑA, 2001). Portanto, tem relação direta com a dimensão territorial da disputa de hegemonia em caráter mundial, sobretudo em momentos de crise do capital. Nessa direção, a territorialidade da dominação requer a posse ou controle monopólico da biodiversidade no esquema de competência intercapitalista. O discurso do desenvolvimento e a guerra se tornam as estratégias de controle territorial (CECEÑA, 2001). Conforme argumenta Ana Esther Ceceña, na América Latina um dos fatores propulsores da territorialidade da dominação é o próprio interesse estratégico dos Estados Unidos, uma vez que, ao final do século XX, tinha como uma das linhas reitoras de sua política exterior a essencialidade do petróleo e outros bens energéticos, tais como gás, água, urânio, carvão. Dentro de um contexto de crise, os Estados Unidos não poderiam permanecer em uma situação de vulnerabilidade energética (CECEÑA, 2011), portanto, urgia ativar estratégias para a territorialidade de sua dominação.

Por outro lado, esse processo também é acompanhado por uma transformação na forma como os povos indígenas conceitualizavam politicamente sua demanda espacial: da terra ao território. O reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho criou um mecanismo jurídico fundamental na reivindicação do direito de autodeterminação e de autonomia. Conforme López Bárcenas (2011) nas lutas pela autonomia indígena “no reclaman tierras sino que territorios;



que no demanden que les permita usufructuar los recursos naturales que se encuentran en sus territorios sino la propiedad de ellos” (LÓPEZ BÁRCENAS, 2011, p. 83). Portanto, as autonomias indígenas e o direito de autodeterminação em seus territórios expressavam uma maior apreensão e controle político sobre essas áreas, o que pode ser lido pela ótica de ampliação da autonomia. Do mesmo modo, evidencia que não lutam por qualquer “terra”, mas por um território específico, que institui e é instituído por sua identidade cultural e política e, portanto, deve ser regido pelos próprios povos em questão (PORTO GONÇALVES, 2009).⁶

Isto posto, na transição do interesse estratégico da terra para o território, observamos tanto a disputa territorial entre o capital e os povos indígenas, como o processo de territorialidade do capital e suas forças hegemônicas, que acontece simultaneamente à territorialidade das lutas indígenas. O ponto de inflexão nesse processo é o NAFTA, no sentido de atribuir o caráter neoextrativista à acumulação capitalista e inaugurar uma nova etapa na expropriação territorial. Com o NAFTA há uma reconfiguração na geopolítica do capitalismo, não só no contexto das Américas, mas em uma escala global, sobretudo porque representava a transição do interesse estratégico do capital, em virtude de uma mudança no padrão de acumulação capitalista por meio do neoextrativismo. A terra continuava cumprindo seu papel histórico no âmbito da questão agrária. Entretanto, o território passava a ter um valor estratégico no capitalismo por espoliação e, portanto, a articulação de tratados para o livre comércio torna-se a modalidade imperialista adotada para garantir as plenas condições da reprodução ampliada do capital no Sul Global. Para o caso específico do NAFTA, o México era um país estratégico por três razões: a) ser um país com riqueza hídrica, petrolífera, mineral, eólica e solar, e em biodiversidade, por conseguinte, um reduto imprescindível ao capital para a exploração de *commodities*; b) ser um país de conexão transcontinental com a América Central, o que justificaria a inversão no modelo neoextrativista, ao tempo que facilitaria o fluxo comercial; c) ao participar em um tratado trilateral, criavam-se as condições para a imposição de um marco regulatório para os territórios de interesse do capital a ser cumprido pelo governo mexicano, a começar pela instalação de empresas mineradoras canadenses e estado-unidenses em territórios mexicanos.

Prévio ao NAFTA, em 1991, o México impulsionou o *Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla*⁷ (*Mecanismo Tuxtla* ou *Cumbre Tuxtla*), uma iniciativa de diálogo político entre chefes de Estado do México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, com o objetivo de promover a integração e cooperação regional mesoamericana e centro-americanas. Em 1996, firmou-se a *Declaración Conjunta de Jefes de Estado y de Gobierno de Centroamérica y de México* para:⁸

[...] establecer un Mecanismo de Diálogo y Concertación entre los ocho países del área, para analizar en forma periódica y sistemática los múltiples asuntos regionales, hemisféricos y mundiales que son de interés común; concertar posiciones conjuntas ante los distintos foros multilaterales; avanzar hacia el establecimiento de una zona

⁶ López Bárcena (2011) aponta que os movimentos indígenas já eram monitorados pela Agência Central de Inteligência (CIA) estado-unidense desde o início do século XX, pois se preocupavam, particularmente, com os grupos políticos e econômicos que lutavam pela autonomia, concebida como resistência e emancipação.

⁷ Tuxtla Gutiérrez é a capital do estado de Chiapas, onde estão localizados os territórios zapatistas.

⁸ Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/acciones-y-programas/mecanismo-de-dialogo-y-concertacion-de-tuxtla-mecanismo-de-tuxtla>



de libre comercio; impulsar proyectos económicos conjuntos y acordar acciones de cooperación regional, en todos los ámbitos, en apoyo al desarrollo sostenible del área.

Em 2001, na gestão do então presidente mexicano Vicente Fox (2000-2006), é criado o *Plano Puebla – Panamá* durante a *Cumbre Extraordinaria del Acuerdo de Tuxtla*, uma nova estratégia de integração para o livre comércio, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento regional a partir da execução e gestão de projetos orientados à extração de bens naturais na região mesoamericana, bem como implementar vias de conexão interoceânicas entre os oceanos Pacífico, Caribenho e Atlântico, com visas a criar rotas de exportação e comercialização dos produtos extraídos. Além dos países envolvidos no *Mecanismo Tuxtla*, Belize, Panamá e Colômbia se incorporavam ao *Plano Puebla – Panamá*, tornando-se uma ambiciosa iniciativa de integração regional. O propósito era o de fomentar uma série de megaempreendimentos de infraestrutura de estradas, ferrovias e portos, barragens, complexos de energia eólica, com investimento público e privado, transformando-se em um eixo receptor de inversão estrangeira direta para tornar-se um fluxo comercial de interesse para a América do Norte e a Europa, em função de sua localização estratégica como zona de conexão interoceânica entre a América do Norte e a América do Sul, a região ístmica, a Europa e a Ásia. Além do mais, é uma região com abundantes recursos hidrológicos e energéticos.

É fundamental destacar que a criação do NAFTA constituía uma estratégia inicial dos Estados Unidos para neutralizar o fortalecimento político e econômico do *Mecanismo Tuxtla*, com o intuito de preservar seu histórico domínio imperialista na região, em um momento em que os países do Oriente Médio mantinham uma posição geopolítica hegemônica em virtude das jazidas de petróleo. Vendo a linha tênue entre perder ou expandir seu poder imperialista, devido à potencial ameaça decorrente de uma integração regional impulsionada pelo México, os Estados Unidos se vincularam ao Plano Puebla - Panamá para garantir, assim, o controle geopolítico da região. Esse passo representou um redirecionamento do *Mecanismo Tuxtla*, no sentido de um alinhamento aos interesses geopolíticos e econômicos do NAFTA.

Em 2008, durante a *X Reunión del Mecanismo Tuxtla*, se delibera a mudança da nomenclatura do *Plano Puebla - Panamá*, que passa a ser denominado de *Proyecto de Integración y Desarrollo de los Países de Mesoamérica* ou *Proyecto Mesoamérica*.⁹ Atualmente, há mais de 100 megaempreendimentos aprovados com recursos de fundos econômicos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e da Cooperação Andina de Fomento (CAF). A consolidação desses acordos trilaterais e multilaterais de integração regional para o livre comércio são, na realidade, estratégias para a exploração de bens hídricos, florestais e minerais. Por outro lado, ocasiona uma acentuada dívida externa nos países de economia periférica que compõem o *Proyecto Mesoamérica*, além do incremento da exclusão social, da violência e a consequente migração na região centro-americana e mesoamericana (GUTIÉRREZ ARGUEDAS, 2019; OLIVEIRA, 2019; TOUSSAINT; GARZÓN, 2017; CAPDEPONT BALLINA, 2010). No governo do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador (2018-2024), a prioridade foi o fomento do Corredor Transístmico, também conhecido

⁹ Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php>



como Corredor Transoceânico, que tem por objetivo conectar os oceanos Pacífico e Atlântico por meio de portos e vias férreas, com o fito de retomar a intenção inicial do *Plano Puebla – Panamá*, isto é, de ser uma região de livre comércio com os Estados Unidos, Canadá, Ásia e Europa. Outro projeto de infraestrutura para o turismo é o chamado Trem Maia, uma via férrea de 1.554km, com forte impacto ambiental, uma vez que corta uma ampla extensão de biomas.

Toda essa inversão em infraestrutura já aponta os horizontes da territorialização do capital nos territórios do Sul Global, cuja pedra fundamental foi fincada com o NAFTA. Do mesmo modo, obedece a mesma lógica da fase de reprodução ampliada do capital, nos termos analisados por Karl Marx e Rosa Luxemburgo, porém de modo mais refinado, tanto pela financeirização do capital, como pela expropriação do território de forma transnacional.

Por outro lado, a partir da segunda década do século XXI, a China assume a liderança no financiamento de projetos de infraestrutura no Sul Global. A iniciativa *Belt and Road* (Cinturão e Rota),¹⁰ iniciada em 2013, é uma das principais estratégias de conexão, integração e cooperação em escala transcontinental e já investiu US\$ 40 trilhões de dólares em mais de 70 países.¹¹ Em 2018, a China convidou os países da América Latina e do Caribe a integrar-se à iniciativa do *Belt and Road* e, desde então, já investiu mais de US\$ 60 bilhões de dólares em países da região para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura de energia e transporte (ferrovias, rodovias e portos), usinas hidrelétricas, energia nuclear, mineração, entre outros (PETERS; ARMONY; CUI, 2018). Atualmente, a China participa em seis corredores de desenvolvimento econômico: 1. CMREC – da China-Mongólia-Rússia; 2. NELBEC – da Ponte Terrestre da Eurásia; 3. CCWAEC: da China-Ásia Central-Ásia Oriental; 4. CPEC: China-Paquistão; 5. BCIMEC: de Mianmar (Bangladesh-China-Índia) e 6. CICPEC: da Península da China.¹² Com a expansão do capital chinês para a América Latina e o Caribe, Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África, Pacífico, Sul da Ásia e Sudeste Asiático, a China vai consolidando sua posição estratégica no fortalecimento de relações bilaterais, trilaterais e multilaterais para a expansão das empresas chinesas e do seu capital em outros países, fortalecendo sua hegemonia econômica. Esse avanço estratégico na geoeconomia global já é considerado uma iniciativa que supera o *Plano Marshall*, este responsável pela consolidação da hegemonia político-econômica dos Estados Unidos.

Ao observarmos o panorama geopolítico da expansão da territorialidade do capital pela via dos corredores para o livre comércio, identificamos como a estratégia dos acordos bilaterais, trilaterais e multilaterais são novos mecanismos de expropriação territorial, com uma peculiaridade do nosso tempo histórico: no século XXI, não há apenas um país imperialista, no caso, os Estados Unidos. A disputa imperialista é feita a partir de uma tríade, isto é, os Estados Unidos, a Rússia e a China, e a apropriação dos territórios torna-se o propósito da acumulação do capital e de sua reprodução.

¹⁰ O Cinturão é uma referência direta aos caminhos terrestres que conectam a China à Europa por meio da Ásia Central, do Sudeste Asiático e do Sul Asiático. Por sua vez, a Rota se refere à rede marítima que liga a China aos principais portos do mundo da Europa e da África através da Ásia.

¹¹ Belt and Road Initiative. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>

¹² Belt and Road Initiative. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>



Uma questão fundamental a destacar do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo é o fato de que, no Sul Global, sua reprodução se expressa em um contexto sócio-histórico colonial, patriarcal e racista, em que a natureza da opressão e da exploração capitalista combina o colonialismo interno e global (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969) e as colonialidades do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2000; LANDER, 2000), imiscuídas em igual medida nas relações imperialistas estabelecidas entre as economias centrais e as periféricas. Neste sentido, à medida que o capitalismo se consolida em sua face imperialista, a exploração aumenta na periferia global e o colonialismo se expande em seus aspectos comerciais, tributários, produtivos, financeiros, monetários, culturais e políticos (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998). No capitalismo do século XXI, em seu caráter neoextrativista, é clarividente as diferentes tramas dessas mediações na exploração global. Neste século, os países periféricos continuam presos em um colonialismo global, como regiões fornecedoras de matérias-primas, mão de obra barata e escravizada, além de se tornarem territórios de sacrifício em nome de um desenvolvimento baseado na espoliação territorial, saque violento e predatório, desterritorialização e reterritorialização, fluxos migratórios resultantes do aumento da violência, da pobreza e da exclusão social, e uma profunda crise da democracia e da hegemonia. A disputa territorial é realizada entre os conglomerados econômicos ligados ao capital transnacional e financeiro, as forças políticas internas e as comunidades indígenas, camponesas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores, entre outros, que defendem seus territórios.

O ONTOCIDIO COMO MÉTODO DO CAPITAL

Gostaria de ater-me a um elemento fundamental dos diferentes períodos históricos de gênese e expansão do capitalismo: o ontocídio como método de expropriação territorial. Quando falo do ontocídio como método, refiro-me a um processo histórico que começa durante a colonização, período de expansão territorial dos países colonialistas europeus para consolidar novas rotas para a produção e circulação de mercadorias, incluindo nelas as pessoas escravizadas [que também eram computadas como mercadorias] e que culmina com a consolidação do capitalismo. O ontocídio constitui a raiz propulsora de um deslocamento na subjetividade social, com o intuito de sobrepor a ontologia do capital à outras ontologias inerentes às sociedades não capitalistas. O ontocídio como método requer uma análise multidimensional desse processo que não se encerra na produção da mais valia, uma vez que está intimamente relacionado com a subjetivação social, no momento constitutivo de definir o paradigma civilizatório, no caso, o capitalista.

Esse deslocamento da subjetividade social se inicia durante o período colonial, ao assentar as bases epistêmicas de uma subjetividade colonial no ato de nomear aquilo que consideravam descoberto por eles, os colonizadores. A “terra à vista” é apreendida como uma “terra descoberta”, uma “terra nullius”, terra de ninguém, uma terra incógnita, em palavras de Bonfil Batalla (1987), passível de “descobrir-se” e conquistar-se. O *a priori* deste “descobrir-se”, sob a ótica dos colonizadores, era um suposto vazio cultural a ser ocupado por aqueles que já se consideravam superiores em relação às sociedades que ali viviam milenariamente. O ontocídio não se expressava somente na violência direta sobre os corpos colonizados, mas



enraizava uma dimensão pedagógica, no sentido de formar a sociedade, educá-la, para assimilar uma sociabilidade erigida em uma estrutura social escravocrata e de servilismo inerentes às sociedades sob o julgo colonial. Entre as aprendizagens sociais historicamente adquiridas pelo ontocídio, destacam-se o soterramento e/ou inferiorização de outras ontologias e epistemologias, primeiramente das civilizações milenárias e, logo, daquelas africanas e afrodiáspóricas escravizadas. Além disso, se consolidou a animalização e bestialização dos corpos indígenas e negros, que se tornaram racializados e submetidos a um racismo estrutural, em que a “epidermização” demarca as funções sociais, conforme analisado por Fanon (2008).

Este é o ato fundacional do ontocídio: negar que este território “descoberto” é um território previamente habitado, com história e cultura milenar, com a existência vital de uma diversidade de seres.¹³ E muito embora em alguns casos, como em Tenochtitlán (México) ou nas zonas andinas, os colonizadores reconheceram a existência de impérios e tiveram que com eles negociar e guerrear, na maioria das regiões colonizadas aplicou-se um trato bestial aos que ali habitavam milenariamente. Nessa direção, ao nomear as terras conquistadas para atribuir-lhe um caráter de propriedade e chamar seus habitantes de “índios”, povos selvagens, aborígenes, primitivos, inicia-se a construção de uma subjetividade social e política baseada no soterramento, invisibilização, inferiorização de outras ontologias e epistemologias preexistentes, ou seja, formas de concepção de ser, estar e pensar a existência e a organização da vida sociocultural, espiritual, econômica e política.

O ontocídio é o exercício sistemático de aniquilamento de outras existências, realizado por múltiplas formas de violência e diversos dispositivos: seja na própria invenção de raças superiores e inferiores, na definição da existência de um “ser civilizado” e do seu oposto, o “não ser”, definido como bárbaro, primitivo e incivilizado; o primeiro dotado de cultura; o segundo, passível de ser civilizado; ou mesmo o ontocídio por decreto, quando o Estado cria um documento oficial para declarar a não existência de um povo (ANTUNES, 2012). Outra modalidade é o que Nóbrega (2023) define como *políticas de ocultação e de invisibilidade*, aplicadas em contextos de disputa territorial para fins do desenvolvimento neoextrativista e com o intuito de produzir a inexistência de pessoas, grupos e coletivos, sobretudo povos originários, quilombolas, populações tradicionais e outros povos do campo. Como diz a autora, é uma espécie “de assepsia de existências que, no final das contas, comprometerá toda a complexa rede cooperativa e relacional que sustenta o que conhecemos de vida no planeta” (NÓBREGA, 2023, p. 31).

O ontocídio do nosso passado colonial segue em plena vigência na contemporaneidade enquanto método de despojo territorial e de decreto das não existências. Em que pese a pressão política de diferentes povos para que sejam reconhecidos em sua existência territorial, o Estado continua renegando-os, ao aplicar, reiteradamente, o ontocídio por decreto, mecanismo que atende os interesses do capital. Apesar dessa renegação, estes povos afirmam suas existências ontológicas, passo central para o igual reconhecimento de sua autonomia, sua

¹³ Embora haja uma contestação dentro da literatura antropológica em relação à existência prévia de territórios antes da conquista europeia, com o argumento de que havia territorialidades e não territórios, neste artigo mantenho o argumento de que eram territórios que foram conquistados após processos de resistência e de guerra contra a colonização.



autodeterminação, ou ainda, seus protocolos de consulta e consentimento sobre a gestão social, jurídica e política, de caráter comunitário, de seus territórios, ou mesmo a exigência de reconhecimento do território ancestral e de uma existência ancestral.

O ontocídio como método perdura, tratando de aniquilar as formas de organização da vida em que haja uma harmonia na coexistência entre seres vivos, não vivos e a natureza. São as formas não capitalistas, conforme analisada por Rosa Luxemburgo, sobreviventes e que insistem em existir. No capitalismo por espoliação, o território é pensado “sem gente”, sem existência vital: em nome da sanha para a extração mineral, mata-se um rio, faz-se desaparecer montanhas. Concebe-se o desenvolvimento a partir de “rios mutilados” e das “máquinas de moer montanhas” (KRENAK, 2022). O capital demarca sua ontologia, territorializando-se na terra, no mar e no ar. Entretanto, o ontocídio aponta a limites planetários (ecológicos, geográficos, energéticos), pois atenta contra a vida existente no planeta.

Por outro lado, o confronto do ontocídio como método é permanente. Ao apresentar a conjectura do desenvolvimento histórico e geopolítico do capitalismo e os elementos atuais de sua reconfiguração no Sul Global, busco assentar o contexto de emergência de declarações de guerra contra o capital e seu método ontocida, como é o caso da luta Zapatista, no México. Ao sair à luz pública, o Movimento Zapatista inscrevia na história política a persistência de sociedades não capitalistas e colocava no centro do debate político a urgência da construção de estratégias políticas para o enfrentamento do capitalismo em escala global. Entretanto, há uma contribuição singular do Zapatismo, relacionada à sua ontologia política, conforme veremos.

A INSURGÊNCIA INDÍGENA E A GUERRA CONTRA O CAPITAL

No dia 1º de janeiro de 1994, com a consigna política “Já Basta!”, os *Sem Rosto*¹⁴ do que viria a ser conhecido internacionalmente como *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN), se levantaram em armas e denunciaram o legado da *longa noite dos 500 anos*, uma metáfora utilizada por eles alusiva ao que os cinco séculos, desde a conquista colonial até a consolidação do paradigma capitalista ocidental moderno, significaram para os povos originários do *Abya Yala*:¹⁵ a expropriação de seus territórios, o genocídio, ontocídio e epistemicídio, a subjugação cultural, política e econômica, tornando-os *bolsões de esquecimento* histórico na concepção e projeto políticos do Estado-nação. O dia da Insurgência Zapatista não foi uma escolha do acaso, mas intencional, pois era a data de entrada em vigor do NAFTA, considerado pelo EZLN como uma tentativa institucional transnacional de se apropriar dos bens naturais, hídricos e minerais presentes nos territórios indígenas e camponeses, um passo estratégico na expansão do capital. Com o NAFTA seriam incrementadas a pobreza, a miséria, a exclusão social, a violência e a proletarianização progressiva da população indígena e camponesa mexicanas, um processo que já estava em curso com a

¹⁴ O Movimento Zapatista é conhecido nacional e internacionalmente pelo uso do “pasamontañas”, um capuz balaclava que só permite a visualização dos olhos. Conforme a Comandanta Ana María (EZLN, 1996), os povos originários tiveram que “esconder seu rosto para fazer-se escutar a sua voz”.

¹⁵ Na América Latina, a história da luta pela autonomia e o reconhecimento dos seus territórios é acompanhada, também, pela autoidentificação como povos originários em lugar de povos indígenas ou, ainda, usando ambas as terminologias. Em muitos documentos e comunicados do Movimento Zapatista há a menção direta como povos originários, no sentido de que existiam antes de serem denominados de índios pelos colonizadores. No artigo respeitarei a forma como este movimento se define.



implementação das políticas neoliberais. Portanto, dita insurgência foi uma declaração de guerra contra o capital e suas lógicas de morte em uma de suas formas contemporâneas: o neoliberalismo e o neoextrativismo. Nas palavras do então Subcomandante Insurgente Marcos (EZLN, 1996, pp. 66-68):

[...] vemos como o neoliberalismo taxa o valor do ser humano a partir de sua capacidade de compra, de venda e de comércio; ele começa a se esquecer de todos aqueles que não são produtivos [...]. E cria os bolsões de esquecimento. Um deles no Sudeste mexicano, nas montanhas do Sudeste mexicano, precisamente tratando de esquecer e isolar aqueles que são mais improdutivos, aqueles que menos podem comprar e vender, que são os povos indígenas. [...] Essa bolsa do esquecimento também teve de ser produzida para poder aproveitar o petróleo, a madeira, a eletricidade e o urânio que essas terras contêm [...] Finalmente, essa bolsa de que lhes contava, que se tornou uma bolsa de resistência, tornou-se uma bolsa na qual uma guerra foi preparada por dentro e esvaziada no auge do êxito, o orgasmo do neoliberalismo, que consistiu na assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (tradução da autora).

Outro fator foi decisivo na insurreição armada: a modificação do artigo 27 da Constituição mexicana, referente aos fundamentos básicos do Pacto Agrário, considerado uma das conquistas mais significativas da Revolução Mexicana de 1910. Com base no argumento de “conceder liberdade aos núcleos camponeses”, a nova legislação agrária criou mecanismos legais para a transferência de direitos a terceiros, para o parcelamento da terra e o usufruto dos recursos (DÍAZ POLANCO, 1997), o que, em médio prazo, desencadearia o processo de desintegração da coesão interna das comunidades e de seu tecido social, muito oportuno para os interesses estratégicos do NAFTA nesses territórios. A modificação do artigo 27 foi um elemento central para tornar a terra alienável e, desse modo, criar as condições legais para fazer o capital fluir e se territorializar.

Em diferentes momentos da trajetória política do Zapatismo identificamos a preocupação com essa mudança da lei agrária mexicana. Durante o *Seminario Internacional El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista*,¹⁶ o Subcomandante Insurgente Moisés analisa: “a armadilha que o sistema capitalista criou foi quando alterou o artigo 27 para poder privatizar as terras coletivas, porque o que eles querem é que agora possam vender ou alugar a mãe terra” (EZLN, 2015, p. 79, tradução da autora). Do mesmo modo, quando analisam a problemática da terra e do território, como podemos observar na fala de um membro da Junta de Bom Governo do Caracol II, durante o *Primer Festival Mundial de las Resistencias y las Rebeldías contra el Capitalismo*, em 2014:¹⁷

Eles criam leis que só beneficiam as transnacionais, porque com essa lei que criam, eles podem facilmente entrar em nossas terras comunais, sem a nossa permissão, como povos indígenas, que somos os legítimos donos; e por meio dessa lei, eles dizem que já têm o direito de entrar em nossas terras. Seus objetivos são acabar com a vida comunal dos nossos povos indígenas porque assim já não terão uma oposição comum dos povos, porque a comunidade já está dividida (Registro em diário de campo, tradução da autora).

¹⁶ Seminário organizado pelo Movimento Zapatista e aberto ao público, realizado entre os dias 03 a 09 de maio de 2015 no Centro Indígena de Capacitación Integral (CIDECI), em San Cristóbal de las Casas, Chiapas, México.

¹⁷ Organizado pelo Movimento Zapatista e aberto ao público, realizado em dezembro de 2014 no CIDECI.



Como é possível observar, embora a insurgência armada do EZLN representava a resistência histórica dos povos indígenas à opressão, exploração e subalternização colonial e capitalista, na mesma medida constituía uma resposta política ante a ofensiva do capital pela via dos acordos de integração para o livre comércio, notadamente pelo interesse estratégico nos territórios dos povos indígenas, ribeirinhos, camponeses, entre outros. Portanto, não era tão somente uma luta identitária para o reconhecimento de direitos culturais e políticos para as populações indígenas; tratava-se de uma luta anticapitalista contundente, visionária, diria, pela assertiva compreensão do que representava o NAFTA como ponto de inflexão na reconfiguração do capitalismo e a reestruturação territorial que o capital financeiro buscava abrir, adequando os regulamentos para o novo ciclo de inversão e acumulação (ROSSET, 2007). Ao levantar-se em armas no dia de entrada em vigor do NAFTA, o Movimento Zapatista tinha clareza política do que significava este tratado para o futuro dos territórios, da magnitude dos interesses do capital em sua nova etapa de reprodução ampliada, e de como este modelo seria adotado em outros territórios para além do México, algo que já é constatado, de forma clarividente, com o avanço não só do NAFTA, mas também do BRICS, que posiciona a China e a Rússia como as atuais ameaças à hegemonia político-econômica e bélica dos Estados Unidos. Inclusive é uma ameaça enquanto disputa imperialista.

Talvez naquela noite não tenhamos percebido a dimensão do que representava a insurgência de um exército indígena em um estado quase desconhecido para outros países. Na realidade, por causa dessa guerra anunciada, Chiapas se tornava uma lente amplificadora de um momento histórico fundamental na reconfiguração do padrão de acumulação do capitalismo, em que se perfilava uma nova modalidade na reprodução ampliada do capital no Sul Global: estávamos passando da propriedade privada da terra para a propriedade privada transnacional de territórios, ou seja, com o “livre comércio”, esse capital que privatiza é também transnacional. A transição do século XX ao XXI marcou o início desse novo padrão de acumulação, em que se atíça a cobiça do capital pelos territórios localizados nesse vasto Sul Global, que se tornou a última fronteira estratégica da acumulação por meio da espoliação das regiões com a maior concentração mundial de bens naturais estratégicos, com áreas de grande biodiversidade, jazidas de petróleo e gás, lençóis freáticos de riqueza hídrica, presença de minerais para usos essenciais, vastas fontes de energia solar e eólica. São territórios em disputa pelo capital para implementar megaempreendimentos de caráter neoextrativista (SVAMPA; ANTONELLI, 2009; COMPOSTO; NAVARRO, 2014) pela via da *guerra do despojo*, conforme analisada pelo Zapatismo. Ao mesmo tempo, a insurgência armada representou um alerta, um ato revelador do que significava a assinatura de um tratado trilateral para a geopolítica internacional, isto é, uma reconfiguração da estratégia imperialista de domínio e suas implicações para a questão agrária e territorial em uma escala global.

No dia 01 de janeiro de 2024, celebrou-se os trinta anos da Insurgência Armada do EZLN. A autonomia Zapatista enraíza-se em uma concepção ontológica e epistêmica do território atrelado à (re)construção de um *ethos* identitário de coexistência com a natureza e na defesa da vida. Os fundamentos ontológicos e epistêmicos dessa concepção territorial são oriundos da articulação das matrizes da cosmovisão, pensamento filosófico e linguística de



matriz maia, bem como nos próprios princípios revolucionários que se assentam na teologia da libertação, na filosofia da libertação e nas revoluções latino-americanas, europeias e asiáticas, e seu marco teórico-analítico de base marxista-leninista-guevarista-maoísta e do anarco-sindicalismo agrário (BARBOSA, 2015; BARBOSA, ROSSET, 2023).¹⁸ Na conformação do EZLN, em sua base político-ideológica e teórica, identificamos suas raízes na história das lutas sociais de caráter nacional e internacional, bem como das matrizes onto-epistêmicas que emanam do pensamento filosófico e político maia, conforme apresentarei mais adiante.

A ontologia Zapatista demarca uma territorialidade política de confrontação anticapitalista. Nela vemos uma articulação dialética dos fundamentos onto-epistêmicos de uma *práxis* política que interpela as tentativas de ontocídio do capital, ao tempo que evidencia outras formas de existência e resistência nos territórios, conforme será apresentado a seguir.

A TERRITORIALIDADE POLÍTICA ZAPATISTA

O Movimento Zapatista é conformado por duas estruturas: uma militar - o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e outra civil – o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). Conforme destaca o Subcomandante Insurgente Marcos, há três vertentes centrais na conformação do EZLN, em 1983: “um grupo político-militar, um grupo de indígenas politizados e altamente experientes e o movimento indígena na Selva” (LE BOT, 1997, p. 123, tradução da autora). No primeiro caso, se refere à Frente de Libertação Nacional (FLN), um grupo político-militar marxista-leninista e guevarista, formado por pessoas oriundas do espaço urbano convencidas de que a luta pacífica havia esgotado suas possibilidades políticas, portanto, consideravam que a via armada era o caminho a seguir, muito embora não soubessem ao certo o momento exato de levantar-se em armas. Inspirados pelo legado foquista de Ernesto *Che* Guevara, iniciaram o trabalho de organização político-militar, a partir das aprendizagens com as guerrilhas da América Central e da América do Sul (BARBOSA, ROSSET: 2023).

Ainda conforme o Subcomandante Insurgente Marcos, havia a intenção política de: “enfrentar, por meio de uma guerra popular, o poder, derrotá-lo e estabelecer um governo em direção ao socialismo e ao estabelecimento da ditadura do proletariado e do comunismo. E, nesse sentido, foi proposto um movimento guerrilheiro em termos muito próximos do foco guerrilheiro. [...] A nossa referência de guerrilha não era a guerrilha centro-americana, mas o Che. A verdade é que já estávamos pensando num exército regular, com grandes ações.” (LE BOT, 1997, p. 123; 135, tradução da autora). As outras duas vertentes são o resultado do encontro do grupo político-militar com o tecido social popular chiapaneco, gerado durante anos de mobilização e articulação política de organizações indígenas e a ação político-missionária da Teologia da Libertação (BARBOSA, 2015). Entretanto, durante o período da

¹⁸ Na afirmação de sua identidade política, o Movimento Zapatista reivindica a tradição das lutas indígenas e revolucionárias do México (por isso se denominam como Zapatistas, em alusão à Emiliano Zapata), bem como das tradições revolucionárias de outros países e regiões, como Cuba e da América Central. Do mesmo modo, reconhece e incorpora as contribuições do marxismo, ao tempo que elaboram sua própria teoria social, política e econômica. Quando adentramos os territórios autônomos zapatistas, encontramos murais com pinturas de referências importantes desta tradição, como Emiliano Zapata, Ernesto *Che* Guevara, Miguel Hidalgo, Comandanta Ramona e do *Popol Wuj* (livro sagrados dos povos K'iché), o que revela um amplo diálogo de saberes na construção da identidade política do Zapatismo. Para conhecer de forma mais aprofundada as referências políticas e teóricas do Zapatismo a partir de entrevistas realizadas com membros do EZLN e de documentos históricos, vide Le Bot (1997), Castellano (2008) e Cedillo Cedillo (2012).



clandestinidade (1983-1993), o diálogo entre estas diferentes vertentes conduziu a que a intenção inicial de um horizonte socialista e/ou comunista dos que chegaram a Chiapas se tornasse uma luta popular de caráter anticolonial, antirracista e anticapitalista, em que a autonomia territorial se convertesse não só em um horizonte, mas em um projeto concreto de emancipação. Ao longo de sua história, Chiapas é marcado por diferentes períodos de rebeliões indígenas. O Zapatismo incorpora esta memória histórica, isto é, em sua essência é herdeiro da luta indígena e popular, muito embora tenha incorporado, como parte da estratégia de sua resistência e luta política, as táticas das lutas revolucionárias (CEDILLO CEDILLO, 2012). Em um documento histórico do EZLN, destacam: “[...] teríamos de repensar Marx, Lênin, Gramsci, Mao, Trotsky, Che Guevara e outros revolucionários porque nenhuma proposta responsável de mudança radical no nosso tempo pode ignorar a análise e os ensinamentos destes revolucionários e dos movimentos que lideraram” (EZLN, 1996, p. 51, tradução da autora).

Uma das primeiras ações do Movimento Zapatista foi territorializar-se e fazê-lo em uma perspectiva ancestral e política: recuperando, como referência seminal, a histórica resistência das lutas indígenas que o antecedeu, entre elas àquelas próprias de ascendência maia, ao tempo em que empreendeu um processo de recuperação de terras, definindo-as como *territórios em rebeldia* (EZLN, 1995). Isto permitiu uma ampliação do controle político e militar sobre esses territórios. Igualmente estabeleceu um Sistema de Justiça Autônoma, constituído por um conjunto de leis, instrutivos, acordos, medidas e regulamentações zapatistas implantados em seus territórios, entre eles, a Lei Agrária Revolucionária, basilar na delimitação dos seus territórios (FERNÁNDEZ CHRISLIEB, 2014). O Sistema de Justiça Autônoma é acessado não só por zapatistas, mas também por outras comunidades não zapatistas que vivem em territórios fronteiriços ou compartilhados com os territórios autônomos, para resolver conflitos e outros pleitos que nem sempre são resolvidos no sistema de justiça do Estado. Por outro lado, o Movimento Zapatista também elaborou sua própria concepção de território. Durante o lançamento da *Campaña Mundial por la Defensa de Tierras y Territorios Indígenas y Campesinos Autónomos*, em 2007, a comandante zapatista Keli apresentou a concepção do território: “para os povos indígenas, camponeses e rurais, a terra e o território são mais que só uma fonte de trabalho e alimentos; são também cultura, comunidade, história, ancestralidade, sonho, futuro, vida e mãe” (tradução da autora).¹⁹ Igualmente encontramos o sentido ontológico atribuído ao território na perspectiva do Comandante zapatista Tacho:

Os povos indígenas e camponeses temos historicamente nossas raízes nesses territórios, nos relacionamos com eles por meio da Mãe Terra. Ali produzimos nossos alimentos para viver, ali nascemos, ali nos desenvolvemos, ali nos multiplicamos e convivemos com as montanhas, com os rios, com o ar, com a vida da própria natureza, com os mares, com as nascentes, bem como com todos os seres vivos com direito à vida, como também com os recursos do subsolo. Nós, os povos indígenas, camponeses, cuidamos e amamos nossa Mãe Terra e temos demonstrado isso há séculos. Nunca na história da humanidade, nós, os povos indígenas, camponeses, causamos qualquer dano grave à Mãe Terra, nunca (tradução da autora).²⁰

¹⁹

Disponível

em:

https://www.biodiversidadla.org/Noticias/EZLN_apoyo_a_la_Campana_Mundial_en_defensa_de_la_tierra_y_el_territorio

²⁰ Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2007/07/20/mesa-redonda-en-el-cideci-san-cristobal-de-las-casas/#tacho>



O Zapatismo nomeou a autonomia, por primeira vez, em 1995, na *Terceira Declaração da Selva Lacandona*.²¹ Em 1998, a autonomia incorporou-se ao projeto político do Zapatismo com a criação dos Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ), o que representou a transição da condição de *território em rebeldia* a *território autônomo* (BARBOSA, 2015). Desde sua fundação, os MAREZ são regidos pelo princípio do *mandar obedecendo*,²² e com base nas seguintes leis: 1. A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917; as Leis Revolucionárias Zapatistas de 1993; 3. As leis locais do comitê municipal que serão determinadas pela vontade civil (EZLN, 1995). A concepção de *municípios livres* está vinculada à tradição indígena de autogestão dos seus territórios. Nesta forma de gestão territorial, os governos locais são concebidos como estruturas colegiadas de integração em Concelhos Municipais. Esses municípios se organizam a partir de três eixos: 1) as comunidades indígenas têm o direito de eleger suas autoridades tradicionais e municipais de acordo com as leis de usos e costumes, outorgando validade jurídica às suas instituições e práticas; 2) a democracia participativa como fundamento do exercício político; 3) a capacidade de associação entre municípios para o desenvolvimento de ações regionalizadas, que lhes permita um maior e melhor uso do território e dos bens comuns, aumentando a capacidade de gestão comunal dos municípios (AGOSTO, 2006). A declaração da autonomia radical era um aviso explícito de que, em seus territórios, nenhum empreendimento do capital ou do Estado seriam realizados.

Em 2003, o Movimento Zapatista anuncia uma reconfiguração territorial, com a criação dos Caracóis, das Juntas de Bom Governo (JBG) e a estruturação do Governo Autônomo (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2003). Estes são representados, respectivamente, por: 1) No nível local, os agentes autônomos e comissionados, que são as autoridades em cada comunidade; 2) No nível municipal, as autoridades do município, responsáveis por articular a dinâmica da vida comunitária nas comunidades que compõem o município autônomo; 3) Na área administrativa dos MAREZ, representados pelos JBG, localizados em cada um dos Caracóis (BARBOSA, 2015; 2016). Na estrutura política do MAREZ, a autoridade máxima é o Concelho Autônomo, composto por: um presidente municipal, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário, um juiz, um administrador e um agente de bens comunitários (posições que tendem a ser majoritariamente ocupadas por homens); os comitês de educação, saúde, limpeza, água, eletricidade e vigilância (MARTÍNEZ CUERO, 2021). Da mesma forma, ao lado das autoridades civis está o Concelho de Anciãos, formado por mulheres e homens que ocuparam todos os cargos designados pelas comunidades.

É fundamental destacar que a autonomia zapatista é vivenciada territorialmente a partir dos trabalhos coletivos²³ e em diferentes vertentes: o Sistema de Justiça Autônoma, o Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista, a Saúde Autônoma, a promoção da agroecologia, os

²¹ As Declarações da Selva Lacandona são documentos políticos emitidos pelo CCRI.

²² Mais adiante será explicado o conceito político do *mandar obedecendo*.

²³ Na história contemporânea do México e da região Mesoamericana, há sistemas de governo autônomo com instituições governamentais próprias compostas exclusivamente por indígenas e um conjunto de autoridades eleitas pela comunidade em uma assembleia, que assumem o compromisso de exercer funções políticas, administrativas, jurídicas e religiosas. Há também autoridades políticas de caráter civil e, em algumas delas, com a dimensão dos trabalhos coletivos exercidos pela comunidade, de acordo com certos princípios de representatividade e rotatividade de cargos (SÁNCHEZ, 1999).



sistemas de circulação e comercialização, os meios de comunicação autônoma (BARBOSA, 2015; BARBOSA; ROSSET, 2023). Os Caracóis são a sede administrativa dos MAREZ e nela se encontra a JBG, que atende o conjunto de demandas que chegam diariamente dos MAREZ. A JBG é conformada por duas pessoas de cada MAREZ pertencente ao Caracol, os quais são escolhidos em assembleia comunitária. Todas as funções são assumidas com base no sistema de cargos que são atribuídos pela Assembleia e que são executados por um determinado período e sem remuneração.

Desde seu aparecimento público, o Zapatismo construiu uma forma própria de se expressar e se comunicar publicamente, com um arraigo na *Estética da Resistência* (BARBOSA, 2015; 2019b), marcada por uma territorialidade simbólica, de caráter ontológico e epistêmico, enraizada no pensamento filosófico maia. A própria denominação dos seus territórios como *Caracóis - puy* ou *tot* – caracol (AUBRY, 2003), remete a representações oriundas da cosmovisão maia. O simbolismo do *Caracol* encontra-se nos códices maias, em cerimônias de sacrifício feitas aos deuses, nos ritos da puberdade, da fertilidade, do parto e do nascimento, pois é o símbolo da deusa lunar *Ixchel*, divindade da procriação, do casamento, da medicina, da água e da terra (BARBOSA, 2019c). A denominação dos territórios zapatistas com o nome *Caracol* se vincula à concepção cíclica indígena do tempo, em oposição à visão linear ocidental da história. O caracol também é um instrumento usado para convocar a comunidade para assembleias comunitárias, ou seja, um convite para o diálogo coletivo e a participação da comunidade na vida social e política comunitária. Durante o *Primer Coloquio Internacional In Memoriam Andrés Aubry*, em 2007, o Subcomandante Insurgente Marcos enfatizou o sentido do caracol nos territórios zapatistas: “Em nossas comunidades, o caracol é a forma de convocar o coletivo. Quando os homens estão na *milpa*²⁴ e as mulheres em seus afazeres, o caracol os convoca para reunir-se na assembleia e é aí que se fazem coletivo. Por isso dizemos que é o “Chamador de Nós” (EZLN, 2007, p. 319, tradução da autora).

Para os anciãos, o Caracol representa um movimento de sair de sua interioridade para entrar no coração do outro, ou seja, a comunicação dialógica que se estabelece em um caminho em espiral, em um movimento contínuo que é endógeno e exógeno. Da mesma forma, representa a lentidão do caracol, que simboliza o processo de construção de canais de comunicação, diálogo e debate articulados entre as comunidades zapatistas até se chegar a um consenso, um processo que tem seu próprio ritmo e sem aderir à pressa de uma decisão que interfere na totalidade do território (BARBOSA, 2019c).

Em 2003 havia cinco Caracóis que delimitavam os territórios zapatistas. Em 2018, o Zapatismo anunciou algumas mudanças em sua territorialidade, com a criação dos Centros de Resistência Autônoma e Rebeldia Zapatista (CRAREZ), resultado da expansão da recuperação de terras, e a fundação de onze novos Caracóis. Em 2023, o Zapatismo anuncia uma nova estrutura territorial e política: o Governo Autônomo Local (GAL), os Coletivos de Governos

²⁴ A *milpa* é um sistema agroalimentar ancestral, em que se planta uma diversidade de cultivos, normalmente café, jerimum, pimenta, feijão, milho e hortaliças.

Autônomos Zapatistas (CGAZ), as Assembleias de Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (ACGAZ) e os Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ).²⁵

Vejamos, a seguir, dois mapas: o primeiro, para situar o estado mexicano de Chiapas, localizado na fronteira com a Guatemala; o segundo, com a atual configuração do território zapatista.

Mapa 1: Mapa do México



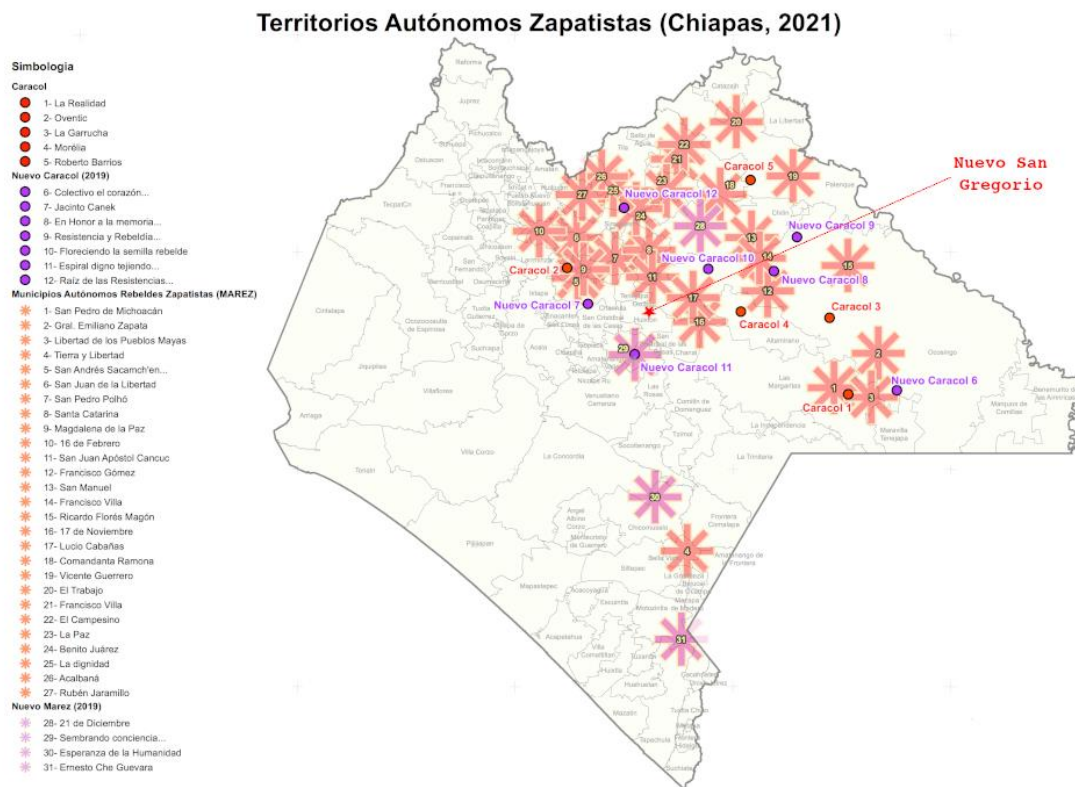
Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía – INEGI (México)²⁶

²⁵ Para conhecer a nova estrutura, vide: Novena Parte: la nueva estructura de la Autonomía Zapatista. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/12/novena-parte-la-nueva-estructura-de-la-autonomia-zapatista/>

²⁶ Disponível em: www.cuentame.inegi.org.mx



Mapa 2: Territorialidade Zapatista



Fonte: Schools for Chiapas²⁷

A ONTOLOGIA ZAPATISTA NO CONFRONTO DO ONTOCIDIO DO CAPITAL

Conforme apresentado, a territorialidade política do Zapatismo possui um arraigo ontológico e epistêmico que se revela a partir de conceitos e simbologias que se imiscuem na sua própria subjetividade sociocultural e política, isto é, nas relações intersubjetivas tecidas entre si e com a natureza, conferindo diferentes sentidos atribuídos ao território, bem como à existência e coexistência nele. A expressão dessa territorialidade encontra-se em categorias que emergem das línguas e do pensamento filosófico maias²⁸ (BARBOSA, 2015). Na ontologia dos povos originários mesoamericanos, as cosmovisões expressam uma lógica filosófica social, que combina suas próprias concepções de tempo, história, ecologia, relações intersubjetivas e relações com a natureza, ou até mesmo um modelo fenomenológico que sustenta uma visão dos mundos humano natural, sobrenatural e social (BRODA, 2003).

A linguagem exerce uma função de conexão, um portal para adentrar o mundo e a cultura dos povos originários, apreendendo a polissemia, os significados e os simbolismos que expressam a maneira de pertencer ao mundo e interpretá-lo (LENKERSDORF, 2005). O sentido de intersubjetividade na estrutura cultural e linguística indígenas permeia todas as

²⁷ Disponível em: <https://schoolsforchiapas.org/mexico-ii-new-san-gregorio-the-dignity-of-those-who-persist/>

²⁸ As comunidades zapatistas são parte do tronco maia das seguintes etnias: tseltal, tzotzil, tojolabal, ch'ol e zoque.



esferas e espaços em que sua visão de mundo se manifesta, ou seja, a vida sociocultural, espiritual, econômica e política, demonstrando o vínculo indissociável entre a linguagem e a realidade vivida. Isso revela como os povos originários tecem concepções, visões interpretativas e significados sobre o mundo e sobre si mesmos na interação com ele. Nessa maneira de ver o mundo está o processo de conformação de uma intersubjetividade política e de uma identidade social e coletiva como povos (BARBOSA, 2015). Um destacável legado do Zapatismo é a sua teoria social permeada por uma variedade de conceitos que são centrais na ontologia e na epistemologia zapatistas, e que são os fundamentos de sua teoria e *práxis* política (BARBOSA, 2016a,b). Destacarei alguns conceitos das línguas de tronco maia faladas nos territórios zapatistas e que expressam o confronto do ontocídio do capital.

Um primeiro conceito na língua maia tojolabal é o *Sak'an* - a terra - também usado para enunciar algo que vive, ou mesmo uma vida prolongada (GUERRERO MARTÍNEZ, 2022). Na perspectiva tojolabal, a Mãe Terra é um ser vivo, ao mesmo tempo em que cumpre a tarefa primordial de gerar vida e produzir alimentos (GUERRERO MARTÍNEZ, 2022). Por outro lado, encontramos o conceito tojolabal de *altzil*, entendido como um princípio de vida, ou seja, “da vida a hombres, animales, plantas y todas las cosas al morar en ellas, porque no hay nada que no tenga corazón/ que no tenga vida (LENKERSDORF, 2004, p. 54). Outra forma de grafia do *altzil* é o *ja 'altsili* - tudo vive. Nesse par conceitual, identificamos uma ruptura epistêmica com a abordagem ocidental conferida à natureza, definindo-a entre ‘natureza viva e morta’. Em outros termos, na cosmovisão maia tudo tem vida, tudo vive. Assim, a dimensão da vida incorpora aos seres humanos, mas também a fauna, a flora, as águas, as montanhas, as cavernas, os astros, etc. (LENKERSDORF, 2008). Do ponto de vista epistêmico, considerar que tudo vive é reconhecer que não há uma cisão entre vida e morte.

Ao analisar as ameaças decorrentes do avanço do capital sobre os territórios, um membro da JBG do Caracol V assevera²⁹: “querem acabar com o cuidado com a nossa mãe terra e com a maneira como nos relacionamos com ela” (tradução da autora). Outro membro da JBG do Caracol I acrescenta:

Esses selvagens estão vindo com tudo para destruir e saquear todas as nossas riquezas naturais e levá-las para onde quiserem, para ficarem mais ricos. Eles estão vindo com tudo para nos desapropriar e nos expulsar de onde nós, por milhares de anos, fomos, somos e continuaremos a ser os guardiões da Mãe Terra.

Outros dois conceitos da língua maia tseltal revelam a ontologia da sociabilidade maia: o *o'tan* – coração; o *stael* e o *ch'u'lel* – alma-espírito-consciência (LÓPEZ INTZÍN, 2013) ou o *o'tanil* – coração (PÉREZ MORENO, 2019). Conforme López Intzín (2013), estes conceitos traduzem a base da cosmovisão maia e os processos de sociabilidade comunitária na sua relação entre si, com a comunidade, com o cosmos e com a natureza. O *o'tan*, enquanto núcleo da cosmovisão maia-tseltal, dimensiona a apreensão da vida e do posicionamento individual e coletivo no mundo, orientando-se a partir de uma base epistêmica da existência que imprime um horizonte de sentidos às formas de sentir-pensar e sentir-saber no e com o mundo. Para Pérez Moreno (2019) o *o'tanil* alude não só ao órgão fisiológico, mas a um *stael*, isto é, uma

²⁹ Durante o *Primer Festival Mundial de las Resistencias y las Rebellías*, realizado em 2014, no CIDECI, San Cristóbal de las Casas, Chiapas.



forma diferente de se relacionar com tudo que nos rodeia, sejam pessoas, animais, plantas, forças da natureza, o cosmos. É o lugar onde nasce as ideias, o pensamento, os sentimentos e as ações. Portanto, um *filosofar da existência* (PÉREZ MORENO, 2019) de tudo o que existe e habita a terra. Assim, o *o'tanil* expressa dimensões da “vida-existencia de las personas, los animales, las plantas, las diosas y los dioses; así como también aspectos organizativos de la comunidad, valores morales y éticos, sabiduría, identidad, honestidad y espiritualidad. [...] todo está vivo y tiene corazón” (PÉREZ MORENO, 2021, p. 40).

Sob um prisma ontológico, o *ch'ulel* é fundamental para a vida, sendo também parte constitutiva das águas e das montanhas (PITARCH RAMÓN, 1996). Conforme nos explica Pérez Moreno (2021, p. 45), “el agua es la humedad de la cabeza y del corazón de los cerros y de las cuevas, el agua es lo que nos mantiene vivos. [...] se agradece el verdor y la frescura del agua que hacen posibles el crecimiento de los alimentos de las personas.” O *o'tan*, *o'tanil* – coração - possui um arraigo ontológico do *sentipensamento* maia, basilar no seu pensamento filosófico e político, em sua formação sociocultural e em uma estética da resistência que se exprime na defesa dos territórios e dos comuns (BARBOSA, 2019b). Por outro lado, o *stael* e o *ch'ulel* não constituem atributos unicamente humanos. Na perspectiva maia, tudo que existe na natureza ou mesmo que tenha sido criado pelos seres humanos possui *stael* e *ch'ulel*, isto é, um espírito que existe: uma casa tem *ch'ulel*, os animais, as montanhas, o telar, etc.

Essas categorias da linguística maia expressam, em si, uma unidade existencial que rompe com a concepção ocidental moderna de uma existência de carácter antropocêntrico, ou seja, do ser humano no centro do universo. Para os povos indígenas maias, esse fundamento ontológico orienta os sentidos atribuídos à sua própria existência e o mundo em si, uma ação reflexiva de construção da consciência que não se limita unicamente à razão, no sentido ocidental, isto é, de um entendimento da existência humana a partir de lógicas separadas, dissociadas, entre uma dimensão racional e outra emocional. Ao contrário, na perspectiva maia, o coração é o núcleo ontológico e epistêmico de sua cosmovisão que, por sua vez, enlaça uma dimensão uma da razão, da consciência, do sentimento e das emoções. Conforme destaca o Subcomandante Insurgente Marcos (EZLN: p. 322):

Quando nós, as zapatistas e os zapatistas, falamos, colocamos à nossa frente o coração vermelho que bate coletivamente. É impossível entender o que dizemos, o que fazemos e o que faremos, se nossas palavras não forem sentidas. Sei que os sentimentos não têm lugar na teoria [...] Que é muito difícil sentir com a cabeça e pensar com o coração (tradução da autora).

De acordo com o *Popol Wuj*, livro sagrado dos povos *k'iché*, da Guatemala, o coração é considerado o lugar de enunciação da criação da vida, do pensamento e da palavra; lugar de onde emana sentimento e razão. Para os povos maias da região Mesoamericana, o *Popol Wuj*, enquanto escrito sagrado, é uma referência basilar da sua cosmovisão e cosmovivência; nele encontra-se os fundamentos da racionalidade ancestral, da criação humana pela vontade dos deuses criadores e dos animais, a conexão desses povos com os quatro elementos, sua concepção sobre o tempo, a vida e a morte, bem como uma interpretação dos seres humanos como uma fração da totalidade da vida existente na natureza. Em diferentes processos de defesa territorial articulados por movimentos indígenas mesoamericanos, encontramos referências



diretas ao *Popol Wuj* (BARBOSA, 2019c). Do mesmo modo, o *Popol Wuj* é vigente na estética da resistência zapatista, em muitos documentos e simbologias presentes em seus territórios. No processo formativo das escolas autônomas zapatistas, as referências do *Popol Wuj* estão presentes nos livros didáticos, como é o caso do livro didático *Arte en Rebeldía* (EZLN, 2006).

Com base nesses conceitos, o atributo da razão, de uma filosofia própria, não exclui as emoções, os sentimentos, as espiritualidades que também são elementos constituintes dos seres humanos e de seu convívio entre si e com os outros seres, com o plano material e imaterial da vida. Em outras palavras, antes de converter-se em uma operação abstrata da razão, os pensamentos e os saberes passam, primeiramente, pelo coração, ou seja, a palavra se *coraçona* na perspectiva zapatista (BARBOSA, 2014). Por tal razão é comum escutarmos, no discurso zapatista, que expressam sua palavra *que nasce desde o coração*.

Outro conceito primordial da língua maia tojolabal é o *tik – nosotros*, nós: é considerado o cerne da racionalidade comunitária zapatista na consolidação de uma identidade e subjetividade políticas. Constitui o conceito que estrutura a definição de participação política e de democracia à luz da autonomia zapatista. Conforme Lenkersdorf (2002, p. 31), o *tik*:

[...] enfatiza una identidad grupal y no individual [...] En el intercambio grupal de ideas, cada uno de los participantes habla del NOSOTROS y no del yo [...] cada uno de los participantes habla y respecta esa relación que llamamos ‘NOSÓTRICA’ y que orienta todos hacia un acuerdo, en lugar que cada uno hable por sí mismo, convencido de sus ideas para jalar a los demás en dirección suya.

A ação *nosótrica* delimita os princípios da sociabilidade comunitária e a posição de sujeito ocupada por cada membro da comunidade. Conforme o Subcomandante Insurgente Marcos (EZLN, 1996, p. 67):

A única forma pela qual as pessoas poderiam ter certeza de que avançariam era se unindo umas às outras. É por isso que a palavra juntos, a palavra nós [nosotros], a palavra unidos, a palavra coletivo, marca a palavra dos companheiros. É uma parte fundamental, eu diria, a espinha dorsal do discurso zapatista (tradução livre da autora).

Arelada à concepção da autonomia, o *tik* dota de sentido uma vivência sociocultural coletiva de base comunitária. Daí emergem outro conceito crucial, o *p'ij yo'tan – é único o teu coração*, que pressupõe uma autonomia pessoal, do ser como único em sua singularidade, mas que também pode ser interpretado como um processo de integração coletiva, da capacidade de alcançar consensos e de integrar-se no âmbito da comunidade (PAOLI, 2003).

Outro conceito é central: *'ab'i* – escutar. Para Lenkersdorf (2008), o *'ab'i* representa uma escuta que incorpora as formas de sentir e de pensar na perspectiva do outro, ou seja, em uma relação de reciprocidade do nós - *tik*. A escuta do outro pressupõe a capacidade de colocar-se no seu lugar, ao mesmo tempo em que se concebe uma escuta para compreender os argumentos que estruturam o posicionamento daquele a quem se escuta. O processo da escuta preconiza uma capacidade de apreensão das palavras e dos sentimentos expressos pelo(s) outro(s). O *'ab'i* constitui um conceito central para a compreensão dos sete princípios Zapatistas: 1. Baixar e não subir; 2. Convencer e não vencer; 3. Construir e não destruir; 4. Representar e não suplantar; 5. Propor e não impor; 6. Obedecer e não mandar e 7. Servir e não servir-se.



Por fim, gostaria de apresentar a base epistêmica que sustenta um dos princípios da autonomia zapatista, o *mandar obedecendo*, uma concepção que, segundo Lenkersdorf (2005), deriva da língua maia tojolabal, do conceito de *mandar* ‘ay:

La voz *mandar* se deriva, por supuesto, del verbo español *mandar*. En tojolabal tiene el sentido exclusivo de *dar órdenes*. En combinación con el verbo estativo ‘ay, sin embargo, corresponde a *recibir órdenes*. Una traducción aproximada de la frase parcial sería: *A nuestras autoridades les dan órdenes* (LENKERSDORF, 2005, p. 80).

A precisão linguística a que Lenkersdorf faz alusão para entender a perspectiva do *mandar obedecendo* sob o prisma zapatista nos permite compreender a relação existente entre o poder e o nós (*tik*): no âmbito do *mandar obedecendo*, prevalece o princípio da horizontalidade nas relações intersubjetivas no campo social e político, ou seja, “el reparto del poder entre la totalidad nosótrica del pueblo” (LENKERSDORF: 2005, p. 83). Vejamos a explicação dada pelos Promotores(as) de Educação do Caracol La Garrucha acerca da relação entre o *mandar obedecendo* e os princípios zapatistas:³⁰

1) Propor e não impor: nós, os zapatistas, as autoridades, não usamos nenhum trabalho para impor nossa proposta à força. Se não concordarem com nossa proposta, devem fazer uma proposta de trabalho coletivo; 2. Convencer e não vencer: sempre usamos o convencimento. Temos que explicar, fazer com que eles saibam a importância, o motivo desse trabalho coletivo para, assim, convencer nosso povo. Os mal governos nunca propõem ao povo. Eles apenas impõem pela força e enriquecem seus poderes; 3. Construir e não destruir: nós, os zapatistas, devemos ser construtivos em relação à nossa autonomia, à nossa proposta. Que as autoridades sejam sempre construtivos. Não aceitamos a destruição. O mal governo só quer destruir nossa ideia, nossa educação, nossa vida. Sabemos o que significa construção; 4. Mandar obedecendo: sabemos que temos nossas autoridades e que devemos eleger democraticamente a partir da voz do povo. Mas as autoridades têm que obedecer, mas também o povo tem que fazer; 5. Representar e não suplantar: as autoridades são apenas representantes. Elas não podem decidir sobre propostas por conta própria, pois são apenas representantes de seu povo. Há pontos sobre os quais as autoridades discutem e resolvem sozinhas, mas somente quando o povo já os discutiu.

Todo esse corpo conceitual expressa uma ontologia zapatista crucial na apreensão do território como *locus* constitutivo da vida, isto é, um *território para a vida*. A meu ver, essa ontologia é erigida a partir do método articulado pelo par dialético “Coração-Caracol” ou “*O’tán-Puy*” ou “*O’tán-Tot*”, âmago dos múltiplos sentidos atribuídos à vivência ancestral do tecido social comunitário em sua coexistência com o território. Embora a insurgência armada do EZLN tenha sido o ato crucial de recuperação de terras e, logo, de defesa (e de uma defesa militar) do território autônomo antecipando a iminente ofensiva do capital com o NAFTA, é o método do *O’tán-Puy* ou *O’tán-Tot*, o movimento dialético de uma ontologia vivencial do “Coração-Caracol”, o que demarca e assegura a vivência cotidiana da autonomia em seus territórios, no enfrentamento ancestral do ontocídio imposto pelo colonialismo e o capitalismo. O fato de os povos zapatistas serem, antes que tudo, povos maias, ativa, no bojo de sua luta política, um *ch’ulel* coletivo comum na defesa da autonomia territorial.

Conforme apresentado, uma das premissas do capitalismo consiste em consolidar sua racionalidade, com a criação da propriedade privada, a alienação da força de trabalho, a mais

³⁰ Registro em diário de campo em 12 de agosto de 2013.



valia e o fetiche da mercadoria. Entretanto, o êxito do desenvolvimento do capitalismo não reside unicamente no processo de expropriação e exploração próprios das relações sociais de produção. O capitalismo necessita consolidar-se do ponto de vista subjetivo, com a individualização das relações sociais, processo instituído de duas formas: 1) na imposição da racionalidade moderna ocidental capitalista baseada no antropocentrismo; 2) na criação do Estado moderno. A primeira pautou-se, historicamente, no ontocídio, método utilizado na deslegitimação, inferiorização e negação de outras racionalidades baseadas na articulação dialética entre razão-sentimentos-emoções, bem como na existência humana de caráter comunal e em coexistência com a natureza. No caso da criação do Estado moderno, constitui a forma de coerção e domínio, de caráter hierárquico e de classe, instaurado em um plano nacional e internacional como mecanismo de regulação e controle próprios do capitalismo.

Assim avança de forma vertiginosa a ontologia do capital e nela o interesse estratégico nos territórios do Sul Global. Atentos à subjetivação empreendida pelo capitalismo, as e os Zapatistas alertam: “Agora eles perceberam que nas colinas, nas montanhas, há outra mercadoria para eles [...] é a riqueza da natureza. Portanto, eles estão começando a se organizar para nos expulsar novamente [...] ou seja, para nos despojar, porque eles querem essa riqueza” (EZLN, 2015, p. 79, tradução da autora). A ontologia zapatista rompe com a ontologia intrínseca ao paradigma ocidental moderno capitalista, a partir da negação do Estado moderno e do entendimento da natureza como uma mercadoria e/ou uma produtora de *commodities*.

Na *guerra de despojo* encontramos o embate entre *paradigmas ontológicos antagônicos*. Ao analisarmos a ontologia zapatista, é evidente que os rios, as montanhas, o vento, a terra, para citar alguns seres existentes no território, constituem um ser vivo, possuem um *altzil*, um princípio de vida. Para o capital, são passíveis de tornar-se uma mercadoria, uma *commoditie*. Para uma mineradora, por exemplo, não importa se há um *ch'ulel* ou um *stael* nas montanhas que deseja destruir para extrair minério, de preferência com um extenso rio ao lado para ter água à sua disposição. Entretanto, a ontologia zapatista produz uma subjetivação existencial que interpela o caráter ontocida do capital e dota de sentidos a defesa territorial, dos comuns e do bem viver - *lekil kuxlejal* (vida plena, digna e justa). Na vivência cotidiana da autonomia não se delega aos governos ou ao capital as decisões sobre o território. Ao contrário, em governos autônomos compreende-se que toda a comunidade aporta ao cuidado do território - *kanantayel lum k'inal*, porque este encerra a totalidade da vida-existência (MORA, 2023).

O sentido ontológico de um *altzil* enquanto princípio da vida no *Sak'an* - a terra – um princípio de existência vital, fundamenta a defesa de seus territórios, como podemos observar durante o 25º aniversário do levantamento armado, em 2019, na mensagem do Subcomandante Insurgente Moisés:³¹

Vamos enfrentar, não vamos permitir que o projeto de destruição deles aconteça aqui [...] Vamos defender o que construímos e estamos demonstrando ao povo do México e ao mundo que somos nós que estamos construindo, mulheres e homens, não vamos permitir que eles venham nos destruir, não é mesmo? [...] Nós sabemos o que é a Mãe Terra, vivemos com ela há quinhentos e vinte e poucos anos, nós sabemos, não aqueles que não sabem e não sentiram como é o suor, que acham que sabem [...] Não temos

³¹ Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/01/01/palabras-de-la-comandancia-general-del-ejercito-zapatista-de-liberacion-nacional-dirigidas-a-los-pueblos-zapatistas/>



medo do capitalismo, do fazendeiro, do novo fazendeiro, ou temos? (tradução da autora).

Na mesma noite celebrativa, o CCRI também emitiu seu comunicado:³²

Não permitiremos nenhum projeto que destrua a vida da humanidade e a morte de nossa mãe terra, porque por trás de tudo isso estão os interesses dos grandes capitalistas nacionais e transnacionais. [...] De 1492 a 2018 passaram-se 525 anos de resistência e rebeldia contra as grandes humilhações estrangeiras e mexicanas; elas nunca puderam nos exterminar. Nós, de sangue morena, a cor da Mãe Terra, reiteramos que estamos aqui e continuaremos aqui (tradução da autora).

Como vimos nos exemplos analisados por Rosa Luxemburgo, uma das formas de reprodução do capital é a aniquilação do *território em comum* que, em realidade, significa as formas de vida comunais, comunitárias. Vejamos como o Movimento Zapatista apresenta a defesa do território a partir da proposta política do «Comum e a Não Propriedade».

O COMUM E A NÃO PROPRIEDADE

Em 2007, no *Segundo Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo*, os Zapatistas realizaram um balanço político da autonomia, com ênfase na recuperação de terras como expressão da retomada dos meios de produção em uma perspectiva marxiana, ou seja, como um princípio de emancipação humana. Para o então tenente-coronel insurgente Moisés:³³

A terra onde os companheiros estão agora é propriedade deles, nós a recuperamos de volta. Descobrimos que, para destruir os capitalistas, temos de nos tornar donos do local onde trabalhamos, porque é assim que o capitalismo funciona. Você trabalha em fazendas, em fábricas e o lucro não é para os trabalhadores. Em nossa prática, estamos descobrindo cada vez mais como atacar o sistema capitalista. [...] Vocês terão muito a contar sobre as experiências dos companheiros, porque agora seu meio de produção, a TERRA, está em suas mãos. É a base fundamental de sua vida e, também, se entende que o capitalismo é a base para que eles explorem os meios de produção. Os companheiros do povo Zapatista, quando tomaram em suas mãos esse meio de produção, ou seja, a terra, começaram a trabalhá-la de forma comunitária, local, regional, municipal, ou seja, em coletivos, sociedades, cooperativas. Isso foi conseguido graças à recuperação, à tomada da terra, sem a qual não estaríamos onde estamos agora. Está claro para nós, as e os Zapatistas, que quando nos tornamos donos dessas terras, como nosso meio de produção, essa foi e é a principal base para atacar o capitalismo, embora ainda nos falte muito a fazer. [...] Com nossa luta em 1º de janeiro de 1994, nós os expulsamos, a história que vocês já conhecem (tradução da autora).

Para o Zapatismo, um elemento central no enfrentamento do capital é a recuperação das terras, com a declaração da autonomia radical e a criação das Leis Agrárias Revolucionárias. A posse comunal e coletiva da terra é um passo imprescindível para a defesa dos territórios, assumindo um caráter anticapitalista, uma vez que possibilita que as comunidades não estejam na mesma condição de subalternização do que quando se encontravam expropriadas dos seus meios de produção. Quando os diferentes povos organizados detêm a base material de sua existência, isto é, a base produtiva, há um maior controle do seu território e maior probabilidade de que impeçam a ofensiva violenta do capital nele. No caso do Zapatismo, conforme vimos,

³² Idem.

³³ Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2007/07/20/mesa-redonda-en-elcideci-san-cristobal-de-las-casas/>



há dois processos simultâneos em sua ação política: a recuperação de terras – terras liberadas - e a declaração do seu território, o *território em rebeldia*, que logo passaria a ser definido como *território autônomo*, sob controle militar e político do EZLN e do CCRI-CG: “Temos um território controlado com nossas unidades espalhadas e exercemos o governo sobre ele por meio do CCRI” (EZLN: 1994, tradução da autora).³⁴ Portanto, a recuperação de terras é a base material da autonomia e da defesa dos seus territórios. Para o Zapatismo, também é central na luta anticapitalista:

Acreditamos e está claro que, para ser anticapitalista, é preciso tirar os meios de produção, a terra e as fábricas e passá-las para as mãos do povo trabalhador, para que sejam propriedade do povo trabalhador, para acabar com os exploradores, os patrões, os capitalistas. [...] Pensamos e acreditamos que, se nos unirmos aos trabalhadores do campo e da cidade e nos organizarmos sob a ideia de que o povo é quem manda e tomarmos em nossas mãos todos os meios de produção, essa é a saída que nos resta diante desse capitalismo selvagem que reina hoje. Esta é uma das características de nossa organização do EZLN e uma das coisas mais importantes da Sexta Declaração da Selva Lacandona, que é o guia para nosso passo na Outra Campanha e na Zezta Internacional: o anticapitalismo (tradução da autora).³⁵

Na última década, o Movimento Zapatista tem enfatizado que a reprodução social do capitalismo ocorre com os mesmos mecanismos históricos de guerra e despojo, com uma disputa dos territórios:

O capital está começando a substituir o neoliberalismo como um álibi teórico-ideológico, com sua consequência lógica: o neomalthusianismo. Ou seja, a guerra de aniquilação de grandes populações para alcançar o bem-estar da sociedade moderna. A guerra não é uma irregularidade da máquina, é a “manutenção regular” que garantirá seu funcionamento e duração. A redução radical da demanda para compensar as limitações da oferta [...] A conquista de territórios trouxe o crescimento exponencial do «sobrantes», «excluído» ou «prescindível». As guerras pela distribuição continuam. As guerras têm uma dupla vantagem: elas revivem a produção bélica e suas subsidiárias e eliminam esses excedentes de forma rápida e irremediável (tradução da autora).³⁶

A lógica que sustenta o capitalismo do século XXI provoca o aprofundamento das crises, definidas pelos zapatistas como *tormenta*. Em suas palavras: “o capitalismo, diz o zapatismo, é guerra. E em sua etapa atual, o capitalismo é uma guerra contra a humanidade inteira, contra o planeta inteiro [...] derramando sangue e lama, por todos os poros, da cabeça aos pés” (EZLN, 2015, p. 316, tradução da autora). No *Seminario El Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista*, as e os zapatistas realizaram uma análise da genealogia do capitalismo e aprofundaram as diferentes dimensões da espoliação, a fim de elucidar, à luz da economia política,³⁷ suas etapas e impactos nos territórios indígenas e camponeses. Ao fazer alusão à

³⁴ Comunicado do dia 15 de março de 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/15/subcomandante-marcos-tenemos-un-territorio-controlado-con-nuestras-unidades-distribuidas-y-ejercemos-el-gobierno-en-este-a-traves-del-ccri/>

³⁵ Idem.

³⁶ Catorceava Parte y Segunda Alerta de Aproximación: La (otra) Regla del Tercer Excluido. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/28/catorceava-parte-y-segunda-alerta-de-aproximacion-la-otra-regla-del-tercero-excluido/>

³⁷ A participação dos Zapatistas foi transcrita e publicada por eles no livro “El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista. Participación de la Comisión Sexta del EZLN” (EZLN: 2015) e organizado em duas partes, a saber: *Nuestra mirada hacia dentro* e *Nuestra mirada hacia la Hidra*. Na primeira parte, há uma seção em que dividem sua análise em *Economía Política I. Una mirada desde las comunidades* e *Economía Política II. Una mirada desde las comunidades zapatistas*.



mitologia grega da Hidra de Lerna, para se referir às muitas cabeças do capitalismo, evocam os desafios postos no enfrentamento de um modelo econômico cada vez mais enraizado no capital transnacional e em uma estrutura legal que institucionaliza e legitima o processo de expropriação territorial extrativista e predatória. Conforme analisam: “é que uma catástrofe está chegando em todos os sentidos da palavra, uma tormenta” (EZLN, 2015, p. 27, tradução da autora). Na perspectiva zapatista, a *tormenta* se manifesta como uma crise profunda, sobretudo a crise climática:

Uma crise econômica como nunca antes vista. O que estamos vendo agora são apenas as primeiras chuvas, o pior ainda está por vir. Os economistas do alto escalão deixaram de apontar que a turbulência seria superada em meses e passaram a prever que levará anos. Eles não têm permissão para dizer a verdade: não têm ideia de onde essa crise vai dar. Porque acontece que não se trata apenas de uma crise econômica. Ela precisa ser multiplicada por catástrofes ambientais não-naturais, pois são o efeito de uma causa não-natural: a transformação de tudo, até mesmo dos elementos básicos elementares - água, ar, luz e sombra, terra e céu - em mercadorias. (EZLN: 2015, p. 215, tradução da autora).³⁸

No século XXI observamos o avanço de um discurso político-ideológico que defende o fomento das tecnologias renováveis como alternativa à crise climática. Entretanto, como enfatiza o Movimento Zapatista, trata-se de uma falsa alternativa, ao tempo que argumentam que não há uma crise do capitalismo, mas crises provocadas pelo capitalismo, que sempre busca seus próprios mecanismos de reprodução no seio das contradições por ele mesmo criadas. Em um cenário de colapso ambiental:

A catástrofe não é seguida pelo fim do sistema capitalista, mas por uma forma diferente de seu caráter predatório. O futuro do capital é o mesmo de seu passado e presente patriarcais: exploração, repressão, desapropriação e desprezo. Para cada crise, o sistema sempre tem uma guerra à mão para resolver essa crise. Portanto, não é possível delinear ou construir uma alternativa para o colapso além de nossa própria sobrevivência como comunidades originárias (tradução da autora).³⁹

Na teoria social e política zapatista, a reconfiguração permanente do capitalismo obedece a alguns padrões de exploração, dominação e poder que são constitutivos de sua natureza histórica: a expropriação violenta de territórios; a superexploração da força de trabalho; a mercantilização da natureza para a maximização dos lucros; a busca de novos mercados; a exaltação do consumo; as guerras sucessivas; a imposição da racionalidade capitalista como paradigma civilizatório; o aprofundamento da exclusão e da miséria. Em suas palavras:⁴⁰

O sistema capitalista está avançando na forma de conquistar territórios, destruindo o máximo que pode. [...] O sistema está avançando em sua reconquista do mundo. Não importa o que é destruído, o que sobra ou o que é excedente: é descartável, desde que se obtenha o máximo de lucro e o mais rápido possível. A máquina está retornando

³⁸ Catorceava Parte y Segunda Alerta de Aproximación: La (otra) Regla del Tercer Excluido. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/28/catorceava-parte-y-segunda-alerta-de-aproximacion-la-otra-regla-del-tercero-excluido/>

³⁹ Idem.

⁴⁰ 300. Primera parte: una finca, un mundo, una guerra, pocas probabilidades. Subcomandante Insurgente Moisés. SupGaleano, Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2018/08/20/300-primera-parte-una-finca-un-mundo-una-guerra-pocas-probabilidades-subcomandante-insurgente-mois-es-supgaleano/>



aos métodos que a originaram - é por isso que recomendamos ler a *Acumulação Originária do Capital* -, que é por meio da violência e da guerra que novos territórios são conquistados. É como se o capitalismo tivesse deixado uma parte da conquista do mundo inacabada no neoliberalismo e agora tivesse que completá-la. Em seu desenvolvimento, o sistema “descobre” que surgiram novas mercadorias e que essas novas mercadorias estão no território dos povos originários: água, terra, ar, biodiversidade; tudo o que ainda não foi conquistado está no território dos povos originários e eles estão indo atrás disso. Quando o sistema busca (e conquista) novos mercados, eles não são apenas mercados de consumo, de compra e venda de mercadorias; ele também, e acima de tudo, busca e tenta conquistar territórios e populações para extrair deles o máximo possível, sem se importar que, quando terminar, deixe um terreno baldio como herança e um rastro de sua passagem. [...] O “desenvolvimento” e o “progresso” oferecidos pelo sistema, na verdade, ocultam o fato de que se trata de seu próprio desenvolvimento e progresso; e, mais importante, ocultam o fato de que esse desenvolvimento e progresso são obtidos à custa da morte e da destruição de populações e territórios. [...] “Civilizar” uma comunidade originária é converter sua população em uma força de trabalho assalariada, ou seja, com a capacidade de consumir. É por isso que todos os programas estatais têm como objetivo “incorporar a população marginalizada à civilização”. Como resultado, os povos originários não demandam respeito por seus tempos e modos de vida, mas “ajuda” para “colocar seus produtos no mercado” e “obter emprego”. Em resumo: a otimização da pobreza (tradução da autora).

Observamos que a análise crítica da genealogia do capitalismo presente na *práxis* política zapatista desvela o *continuum* histórico da reprodução ampliada do capital, ancorada na busca incessante de um monopólio territorial e da implementação da ontologia do capital pela via do ontocídio. Com a autonomia zapatista, em seus territórios não há a presença dos megaempreendimentos impulsionados pelo NAFTA. Entretanto, outras ameaças estão à espreita, como é o caso da violência paramilitar⁴¹ e a violência do crime organizado (braço armado do capital), o que faz do México um dos países com altos níveis de violência, sobretudo no campo, e que se manifesta com um número expressivo de pessoas desaparecidas, lideranças e jornalistas críticos assassinados, e homicídios extremamente violentos, com desmembramentos, decapitações, exposições públicas de cadáveres. A escalada da violência no México coincide com a assinatura do NAFTA, localizando-se de forma mais contundente em territórios de interesse do capital, o que faz da violência, segundo o Zapatismo, uma arma para o despojo (EZLN, 2015).

Cientes desse contexto político e solidários a outras lutas que enfrentam diretamente estas múltiplas violências, em 2023, o Zapatismo faz o chamado à construção do «Comum e a Não Propriedade», uma proposta política *totalmente indígena e de raiz maia*, como elas e eles afirmam. Em um dos comunicados, os Zapatistas refletem sobre as ambiguidades e armadilhas ocultas (ou nem tanto) presentes na distribuição agrária feita pelo Estado como mecanismo de controle dos territórios e dispositivos de conflitos internos nas comunidades:

[...] o problema, a divisão, as discussões e as brigas surgiram quando chegaram os documentos de propriedade. Não é que não houvesse problemas antes, é que eles foram resolvidos por meio de um acordo [...] Ou seja, a terra que o documento diz ser propriedade de alguém tem de ser dividida em pedaços para os requerentes. Ela tem que ser despedaçar para que possa haver vários pedaços de papel de um mesmo papel.

⁴¹ A violência paramilitar sempre esteve presente desde o levantamento armado.



Não há distribuição agrária, há um *pedacear* (despedaçar) da propriedade (tradução da autora).⁴²

Uma das funções históricas do Estado moderno é precisamente regular a propriedade privada para o pleno desenvolvimento do capitalismo. A propriedade privada é uma forma de *despedaçar a terra* e, poderíamos, dizer, *despedaçar o território*. Também é um desmembramento do tecido social e do sentimento de arraigo com a terra e o território. Ao conclamar à construção do «não propriedade», o Movimento Zapatista nos convida à não propriedade da terra. Pode parecer contraditório, quando vemos, mais acima, a afirmação de que a propriedade da terra constitui um elemento importante no âmbito da defesa territorial. Não obstante, o Movimento Zapatista analisa que o Estado compreendeu como instrumentalizar o Direito como dispositivo de controle, sobretudo em tempos eleitorais, momento em que se constitui um discurso que coage o voto em troca de direitos, entre eles, o direito à terra. Isto tem sido observado em diferentes países latino-americanos, quando nas campanhas eleitorais se coloca em jogo o voto como moeda de troca, com as promessas da reforma agrária, da demarcação de territórios indígenas e quilombolas, entre outros compromissos prometidos que praticamente não são cumpridos. Entretanto, os Zapatistas advertem que o Direito é um mecanismo de despojo territorial que:

À diferença dos meios de produção e circulação, tem como identidade o roubo “legal”. Com leis, um exército de advogados, autoridades corrompidas por uns tantos bilhetes, e um sistema jurídico feito pelos de cima para excluir os de baixo, se realizam roubos descarados de milhares de hectares. Estes deixam de ser destinados ao cultivo, a modificar seu uso para a mineração e para a exploração de madeira e aquífera (EZLN, 2015, p. 289, tradução da autora).

É por esta razão que as e os Zapatistas lançam a proposta da *não propriedade*, em que se estabelece:

[...] áreas de terras recuperadas como comuns. Ou seja, sem propriedade. Nem privada, nem comunal, nem federal, nem estadual, nem corporativa, nem qualquer outra coisa. Uma não propriedade da terra. Como se diz: “terra sem papéis”. Portanto, nas terras que serão definidas, se perguntarem a quem pertence essa terra ou quem é o proprietário, a resposta será: “de ninguém”, ou seja, “do comum”. [...] Não há comissariado ou agente para comprar, matar, desaparecer. O que há são pessoas que trabalham e cuidam dessas terras. E elas as defendem. (tradução livre da autora).⁴³

Para concretizar o «Comum e a Não Propriedade», o Movimento Zapatista propõe o método dialógico para chegar a um comum acordo entre comunidades: “uma parte importante é que, para que isso seja alcançado, é preciso haver acordo entre as comunidades, independentemente de serem partidários ou zapatistas” (tradução da autora).⁴⁴ E acrescentam:

E o que fizemos, então, foi propor uma maneira de atravessar a *t tormenta* e chegar ao outro lado com segurança. E não seguimos esse caminho sozinhos como zapatistas, mas juntos, como povos originários que somos. É claro que mais coisas sairão dessa

⁴² Vigésima y última parte: El Común y la No Propiedad. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/12/20/vigesima-y-ultima-parte-el-comun-y-la-no-propiedad/>.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem.



proposta: saúde, educação, justiça, governo, vida. Digamos que a consideramos necessária para podermos enfrentar a *tormenta* (tradução e grifos da autora).

Embora seja uma proposta bem recente e surpreendente entre aquelas(es) que acompanham a luta Zapatista, considero que há, ao menos, quatro planos de análise para compreender o «Comum e a Não Propriedade»: 1) conforme apresentado, antes de serem Zapatistas, os territórios são constituídos por povos maias que, no processo histórico de sua resistência, também incorporaram outras estratégias de luta, como a luta armada. O paradigma onto-epistêmico que rege seus territórios mantém e/ou recupera formas ancestrais de governo autônomo e de organização da vida sociocultural de base comunal não capitalista. A própria existência de governos autônomos é uma maneira distinta e anterior àquela orientada pelo Estado moderno ocidental. A propriedade privada da terra é uma invenção colonial e capitalista. Portanto, é possível a consolidação de consensos e acordos entre zapatistas e não zapatistas, uma vez que a vivência territorial nas zonas compartilhadas e/ou fronteiriças são regidas pelas formas de governo autônomo indígena, que são anteriores à própria fundação do Movimento Zapatista (esta é uma das formas que se tornou conhecida internacionalmente pelo levantamento armado e a autonomia radical, mas há outras expressões de autonomias indígenas no México).

O segundo plano de análise diz respeito ao avanço do crime organizado nos territórios e requer a construção de estratégias comunitárias para o seu enfrentamento. O EZLN é a forma de defesa territorial de caráter militar. Atualmente há outras formas de defesa territorial no México, organizadas por comunidades indígenas, como as polícias comunitárias e as autodefesas. Mediante as ameaças violentas do crime organizado é fundamental estabelecer alianças para a defesa dos territórios. A própria reconfiguração do território Zapatista com os Governo Autônomo Local (GAL) e os Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ), permite fortalecer unidades de base nas comunidades e um diálogo mais próximo com outras comunidades não zapatistas, o que pode ser estratégico na defesa territorial.

O terceiro plano analítico a destacar é a própria natureza anticapitalista do «Comum e a Não Propriedade», ao propor a ruptura radical com a razão de existência do capitalismo, demarcada com a criação da propriedade privada e, no caso de regiões colonizadas, a propriedade privada da terra. Com o avanço do capitalismo por espoliação, o território torna-se o objeto de interesse do capital e quanto mais haja divisão de terras, maior será a fragmentação do tecido social, provocada seja pela instrumentalização da violência do crime organizado para expulsar as comunidades dos seus territórios, seja pela regulação do Estado, que concede documentos de regulamentação da terra (papéis) para que as comunidades possam vender às empresas, com preços irrisórios, seu pedaço de chão, em virtude do medo ou mesmo porque já não há condições de ali viver. Há, portanto, uma desterritorialização do território indígena para uma reterritorialização da territorialidade do capital. Nesse sentido, a estratégia de uma não propriedade da terra pode ser um caminho de fortalecimento da coesão social de diferentes organizações e movimentos que coabitam um território na resistência a estas formas contemporâneas de expropriação e na própria defesa deste território.

O quarto e último plano de análise, que faz parte de minha própria interpretação da proposta política do «Comum e a Não Propriedade», consiste na abertura de uma possibilidade de conformar um «território em comum» entre as diferentes comunidade, zapatistas ou não,



tornando este «território em comum» a unidade de enfrentamento da guerra do capital contra a vida, o que representa uma verdadeira cruzada contra a natureza para o aprofundamento da extração mineral, petrolífera, hídrica, eólica e solar. As dimensões ontológicas maias que são articuladas pela territorialidade política zapatista convergem com os processos de defesa territorial de outras organizações e movimentos fronteiriços ou compartilhados com seus territórios. Nesse sentido, em um «território em comum» não só é possível encadear um usufruto comum cotidiano no território, mas ativar um *ch’ulel* coletivo comum na defesa territorial e em defesa da vida, não só a humana, mas da própria natureza. Portanto, o «território em comum» também pode ser interpretado como um chamado à subjetividade política para a trama da vida, isto é, uma comunidade de existência.

Na ontologia do capital, a temporalidade da exploração de *commodities* confere uma durabilidade do uso da terra que é similar à obsolescência programada de muitos produtos. Sendo assim, diferentes territórios do Sul Global têm sido afetados pelos impactos de uma política ecocida, tornando-se territórios de sacrifício do capital e quando já não possuem uma serventia para o grande capital, tornam-se descartáveis, abandonados. Como o Zapatismo analisa, na ontologia capitalista não é possível um convívio equilibrado entre ser humano e natureza, pois:

O capital transformou a relação com a natureza em um confronto, uma guerra de espoliação e destruição. O objetivo dessa guerra é a aniquilação do oponente, nesse caso a natureza (incluindo a humanidade). Com o critério da “obsolescência programada” (ou “obsolescência planejada”), a mercadoria “seres humanos” expira em todas as guerras. A lógica do capital é a do maior lucro na maior velocidade. Isso transforma o sistema em uma gigantesca máquina de desperdício, inclusive de seres humanos. [...] as comunidades indígenas são o “estranho inimigo” que se atreve a “profanar” o solo da fazenda do sistema (tradução da autora).⁴⁵

As consequências da ontologia do capital já são vivenciadas nas tragédias decorrentes da crise climática. O Movimento Zapatista assevera que esta ontologia do capital impacta no equilíbrio da natureza, transformando negativamente os tempos que garantem a existência:

Vocês já explicaram isso aqui. Vocês nos contaram o que veem em suas áreas Tzeltal, Tzotzil, Cho’ol, Tojolabal, Mame, Zoque, Quiché. Já sabem o que está acontecendo com a Mãe Terra porque vivem e trabalham nela. Sabem que o tempo está mudando. “O clima”, como dizem os cidadãos. Que chove quando não é para chover, que está seco quando é para chover. E assim por diante. Sabem que o plantio não pode mais ser decidido como os anteriores, porque o calendário está desregulado, mudou. Mas não é só isso. Também vemos que o comportamento dos animais mudou, eles aparecem em áreas às quais não estão acostumados e em estações que não são as deles. Aqui e nas geografias de nossos povos irmãos, há um aumento do que é chamado de “desastres naturais”, mas que são consequência do que o sistema dominante, ou seja, o capitalismo, faz e não faz. Há chuvas, como sempre, mas agora elas são mais ferozes e em lugares e estações que não são os mesmos de antes. Há secas terríveis. E agora acontece que, na mesma geografia - por exemplo, aqui no México - de um lado há enchentes e do outro há uma seca e eles ficam sem água. Há ventos fortes, é como se o vento ficasse tão forte que dissesse “basta” e quisesse derrubar tudo. Há terremotos, vulcões e pragas como nunca antes. Como se a Mãe Terra estivesse dizendo basta,

⁴⁵ Catorceava Parte y Segunda Alerta de Aproximación: La (otra) Regla del Tercer Excluido. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/28/catorceava-parte-y-segunda-alerta-de-aproximacion-la-otra-regla-del-tercero-excluido/>



“chega”. Como se a humanidade fosse uma doença, um vírus que precisa ser expulso vomitando destruição. Mas, além do fato de a Mãe Terra estar como que descontente, como que protestando, há o pior: o monstro, a Hidra, o capitalismo, que é como um louco que rouba e destrói. Agora ele quer roubar o que não lhe interessava antes e continua a destruir o pouco que resta (tradução da autora).⁴⁶

Entretanto, a ontologia zapatista intrínseca à proposição do “Comum e a Não Propriedade” é um chamado à capacidade dos povos de colocar no centro de sua existência a defesa da vida como uma utopia comum e a ser construída coletivamente, ou seja, como uma aposta política comunitária assentada no pertencimento territorial. Por isso considero que potencializa a concepção de um «território em comum». Ao evocar a vitalidade que sustenta nossa existência, o *altsil* - tudo vive, ativam uma compreensão ontológica do tempo: a temporalidade da natureza e de nossa existência com ela não é a mesma temporalidade do capital. A construção do comum não passa pelo crivo do capital ou pelo reconhecimento legal do Estado. Ao contrário, construir o comum significa erigir novas relações sociais, em que nos reconheçamos em comum no enfrentamento cotidiano das contradições, mas também nas utopias. E na utopia zapatista a defesa da existência é um paradigma ontológico em que os comuns não são apropriáveis.

Uma questão que não podemos perder do horizonte é o fato de que a construção do «Comum e a Não Propriedade» requer o processo permanente de organização política e o revigoramento das formas de organização da vida sociocultural, espiritual e política próprias das sociedades não capitalistas. Os territórios autônomos zapatistas são uma forma contemporânea dessas sociedades e as reflexões aqui tecidas vão no sentido não só de conhecer a luta pela autonomia territorial, mas o que ela pode inspirar em outras experiências de resistência ao ontocídio e da ofensiva do capital por espoliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os corredores de livre comércio inauguram a nova face do padrão de acumulação do capitalismo na transição do século XX ao século XXI, um processo que coloca os territórios ao Sul Global no centro de interesse estratégico do capital. Apesar da pressão exercida junto à Conferência das Nações Unidas sobre o Câmbio Climático (COP), o capitalismo do século XXI incrementa as dimensões do neoxativismo com inversão tecnológica para o aprimoramento da mercantilização da natureza, respaldado pelos discursos que emergem dos governos sobre a busca de alternativas para o desenvolvimento com a implementação das energias renováveis. Por outro lado, a violência do crime organizado avança velozmente nos territórios de interesse do capital, provocando um processo de desterritorialização e fluxos migratórios que esvaziam os territórios e favorecem uma reterritorialização do capital, com a entrada do capital financeiro e transnacional.

Entretanto, há resistência nos territórios e muitas das lutas ali empreendidas expressam, no fundo, um conflito ontológico com o capital, na acepção do território como *território para a vida*. A insurgência armada do EZLN e a construção e consolidação da autonomia zapatista

⁴⁶ Comunicado EZLN | Tercera Parte: Dení. Disponível em: <https://radiozapatista.org/?p=46637>



constitui uma das experiências mais emblemáticas na história contemporânea, ao denunciar a transcendência dos acordos bilaterais, trilaterais e multilaterais do capital no incremento da expropriação territorial, ao tempo que se torna uma referência importante no processo de defesa territorial. Da territorialidade política zapatista emerge uma ontologia que não só se contrapõe à ontologia do capital, mas demonstra que ainda persistem sociedades não capitalistas.

O «Comum e a Não Propriedade» é a aposta política mais recente do Zapatismo. Podemos interpretá-la como uma proposição de um horizonte político relacionado a um «território em comum», que não alude à propriedade privada, sequer à propriedade coletiva porque é um território de todos; ou ainda é um território da natureza e não do ser humano porque é na lógica do capitalismo e da colonização que se institui a denominação da propriedade privada para o ser humano de uma determinada classe social. O que se buscou tecer nestas linhas é a reflexão que este chamado nos convoca, em uma crítica comum (e radical) à propriedade privada, gênese da acumulação originária. A reprodução ampliada também se sustenta na contemporaneidade dos tratados comerciais, de um discurso, uma narrativa, do comércio em “comum”, de um desenvolvimento em comum. É fundamental irromper com este discurso de “totalização do comum” pela ótica do capital.

Como dizem os zapatistas: “para entender uma coisa, há de se conhecer sua genealogia. Isto é, sua história, como chegou a ser o que é” (EZLN, 2015, p. 221, tradução da autora). Nesse sentido, a análise da questão agrária e territorial contemporâneas requer acuidade analítica do capitalismo por espoliação que se reconfigura com os corredores econômicos implementados por acordos bilaterais, trilaterais e multilaterais. A crise climática deve ser interpretada como consequência da genealogia do capital e de sua ontologia territorial.

Por outro lado, à luz da *práxis* política zapatista, o chamado à construção do «Comum e a Não Propriedade» se vincula a pensar a emancipação como um projeto comum e de longa duração, o que nos interpela à ruptura do imediatismo intrínseco à racionalidade capitalista. Os territórios para a vida são erigidos em outra temporalidade própria da ontologia vivencial do “*O’tán-Puy*” ou “*O’tán-Tot*”, cerne dos múltiplos sentidos atribuídos à vivência ancestral do tecido social comunitário em sua coexistência com o território. No caso do Zapatismo, há um corpo conceitual que fundamenta as relações intersubjetivas e os sentidos atribuídos à coexistência com a natureza, no reconhecimento de que há uma existência vital, um *altzil* – tudo vive.

Em um dos seus últimos comunicados de 2023, os zapatistas fazem referência à menina Dení, que nascerá daqui a 120 anos, e que sua existência dependerá do compromisso que assumimos no presente para frear a destruição do capital: “Portanto, temos que lutar para que essa criança, que nascerá em 120 anos, seja livre” (tradução da autora).⁴⁷ É imprescindível ativar o *ch’ulel* coletivo na defesa da vida, na apreensão de um *nosotros* territorial que marca nossa coexistência como seres interrelacionados. O comum é criado em um mundo social comum e que não necessariamente será vivenciado por nós, mas pelas gerações futuras. E o futuro é ancestral, como nos ensina o povo Krenak.

⁴⁷ Disponível em: <https://radiozapatista.org/?p=46637>



REFERÊNCIAS

AGOSTO, P. **El zapatismo: hacia una transformación cooperativa “digna y rebelde”**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericanos, 2006.

ANTUNES, T.O. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**, v. 4, n. 10, p. 08-27, 2012. <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/29051>

AUBRY, A. Los caracoles zapatistas. Disponível em: https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Los_caracoles_zapatistas_por_Andres_Aubry. Acessado em outubro de 2020.

BARBOSA, L.P. Onto-Epistemic Paradigm of the Countryside and Social Theory: what do popular movements of Latin America and the Caribbean teach us? **Educational Studies**, 58:5-6, p. 620-640, 2022a. <https://doi.org/10.1080/00131946.2022.2132392>

_____. Integração pedagógica da educação camponesa na América Latina: concepções, experiências e sujeitos no enfrentamento do ontocídio e do epistemicídio. **Abatirá. Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, 3(5), p. 30-53, 2022b. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/14421>

_____. *Lajan lajan ayatik* or “Walking in Complementary Pairs” in the Zapatista Women’s Struggle. **Latin American Perspectives**, 48(5), p. 04-24, 2021a.

_____. El carácter abigarrado de la disputa hegemónica y la crisis orgánica en Brasil: notas para debatir los problemas históricos y las perspectivas de superación. In: OLIVER, L. (Org.). **Problemas teóricos del Estado Integral en América Latina**. Fuerzas en tensión. México: UNAM, 2021b, p.159-174.

_____. Paradigma onto-epistêmico do campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses da América Latina. In: DOS SANTOS, A.R.; COELHO, L.A.; OLIVEIRA, J.M.S. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais. Análises e Desafios**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019a, p. 279-320.

_____. Estética da Resistência: arte sentipensante e educação na *práxis* política indígena e camponesa latino-americana. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, 9(23), p. 29-62, 2019b. <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1144>

_____. O *Popol Wuj* na contemporânea luta indígena mesoamericana. **Tensões Mundiais**, 15(28), p. 75-100, 2019c. <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/1280>

_____. Epistemologia de Nosotras, Feminismo e Teoria da Selva na construção do conhecimento: aportes das mulheres Zapatistas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 3(4), p. 1128-1155, 2018. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/5441>



_____. Legado e Rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, 13(24), p. 107-138, 2017.

<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/361>

_____. Educación, resistencia y conocimiento en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. **De Raíz Diversa**, 3(6), p. 45-79, 2016a.

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/deraizdiversa/article/view/58425>

_____. Educação Rebelde e Autônoma na *práxis* revolucionária Zapatista. In: REBUÁ, E.; SILVA, P. (Orgs.). **Educação e Filosofia da Práxis**: reflexões de início de século. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016b, p. 48-80.

_____. **Educación, resistencia y movimientos sociales**: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas. México: LIBRUNAM, 2015.

_____. Educación y lucha autonómica en la voz Zapatista: aportes de la Pedagogía del Sentir-Ser, Sentir-Pensar y Sentir-Saber. **Revista Educación y Cultura**, número 100, p. 21-27, 2014.

BARBOSA, L.P.; ROSSET, P.M. **Aprendizajes del Movimiento Zapatista**. De la Insurgencia Armada a la Autonomía Popular. Buenos Aires: CLACSO / México: ECOSUR, 2023.

BENITES, Eliel. **A busca do TEKO ARAGUYJE (jeito sagrado de ser) nas retomadas territó-riais Guarani e Kaiwoá**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

BONFIL BATALLA, G. **México profundo**: una civilización negada. México: Grijalbo, 1987.

BRODA, J. El Culto Mexica de los Cerros de la Cuenca de México: apuntes para la discusión sobre los Graniceros. In: ÁLBORES ZÁRATE, B.A.; BRODA, J. (Coords.). **Graniceros. Cosmovisión y Meterologías Indígenas en Mesoamérica**. Zinacantepec: El Colegio Mexiquense A.C. / Universidad Nacional Autónoma de México, 2003, p. 49-90.

CAPDEPONT-BALLINA, J.L. Mesoamérica o Proyecto Mesoamérica: la historia como pretexto. **Revista Limiar. Estudios Sociales y Humanísticos**, vol. VIII, número 02, p. 153-173, 2010.

CECEÑA, A.E. La territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina. **Chiapas** 12, 07-30, 2001.

CEDILLO CEDILLO, A. Análisis de la fundación del EZLN en Chiapas desde la perspectiva de la acción colectiva insurgente, **Liminar** 10 (2), 15-34, 2012.

CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

COMPOSTO, C., y NAVARRO, M. L. **Territorios en disputa**. Despojo capitalista, luchas



en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. México: Bajo Tierra Ediciones, 2014.

DÍAZ POLANCO, H. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México: Siglo XXI, 1997.

EZLN. **El Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista**. San Cristóbal de las Casas: CIDECI, 2015.

_____. **Arte en Rebeldía**. México: Ediciones, Rebeldía, 2006.

_____. **Crónicas intergalácticas – EZLN. Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo**. Chiapas: Estampas Artes Gráficas, 1996.

_____. **Documentos y comunicados – Tomo 2**. México: Editores ERA, 1995.

FANON, F. **Por uma Revolução Africana. Textos Políticos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2021a.

_____. **Sociología de una Revolución**. Euskal Herria: Txalaparta, 2021b.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNÁNDEZ CHRISTIEB, P. **Justicia Autónoma Zapatista. Zona Selva Tzeltal**. México: Ediciones Autóno@s, 2014.

FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). **Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-216.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Sociología de la Explotación**. México: Siglo XXI, 1969.

_____. La explotación global. **Memoria**, número 116, 1998, p. 136-166.

GUEDES, A.D. Da terra ao território: notas para uma sociologia crítica do de-senvolvimento. In: SOUZA, A.C.L *et al.* (Orgs). **A Antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a ABA no seu 60º aniversário**. Rio de Janeiro/Brasília: e-Papers/ABA Publicações, 2018, p. 197-218.

GUERRERO MARTÍNEZ, F. **Yaltsil**. Vida, ambiente y persona en la cosmovisión tojol-ab'al. Chiapas: LIBRUNAM, 2022.

GUTIÉRREZ ARGUEDAS, A. Conflictos socioambientales en la Costa Rica Contemporánea. **Revista Tensões Mundiais**, v. 15, n. 28, p. 213-242, 2019.
<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/981>

HAESBAERT, R. **El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios a la multiterritorialidad”**. México: Siglo XXI, 2011



KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE BOT, Y. **El sueño Zapatista**. Barcelona: Crónica Anagrama, 1997.

LENKERSDORF, C. **Aprender a escuchar**. Enseñanzas maya-tojolabales. México: Plaza y Vades, 2008.

_____. **Los hombres verdaderos. Voces y testimonios tojolabales**. México: Siglo XXI, 2005.

_____. **Conceptos tojolabales de filosofía y de altermundo**. México: Plaza y Valdés, 2004.

_____. **Filosofar en clave Tojolabal**. México: Editora Porrúa, 2002.

LÓPEZ INTZÍN, J. Ich’el ta muk: la trama de la construcción del lekil kuxlejal (vida plena-digna-justa). In: MENDÉZ TORRES, G.; LÓPEZ INTZÍN, J.; MARCOS, S.; OSORIO HERNÁNDEZ, C. (coords.). **Senti-pensar el género: perspectivas desde los pueblos originarios**. Guadalajara: Red IIPIM / Red de Feminismos Decoloniales / Taller Editorial La Casa del Mago, p. 101-110, 2013.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 11- 40.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002.

LÓPEZ BÁRCENAS, F. Las autonomías indígenas en América Latina. In: CECEÑA, A.E. *at. al.* **Pensar las autonomías. Alternativas de emancipación al capital y el Estado**. Ciudad de México: Sísifo Ediciones / Bajo Tierra Ediciones, 2011 p. 71-106.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

OLIVEIRA, A.C.M. Caminos de la resistencia al desarrollo de la explotación en Guatemala. **Revista Tensões Mundiais**, v. 15, n. 28, p. 179-212, 2019.
<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/1328>

MARIÁTEGUI, J.C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. México: Ediciones Era, 1979.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Sobre el colonialismo**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1973.

MARTÍNEZ CUERO, J. **¿Campesinos, indígenas y migrantes?** Articulación de distintos modos de producción en Los Altos de Chiapas. México: UAM, 2021.



MORA, M. *Kanantayel Lum K'inal*, en la autonomía zapatista. **Revista de la Universidad de México**, n. 903/904, p. 56-59, 2023.

NÓBREGA, L.N. “**Eu fui tão feliz que dói!**” **Entre políticas de invisibilidade e políticas de existência**: os Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, 2023.

NÓBREGA, L.N.; BARBOSA, L.P. Entre terras, territórios e territorialidades – o Povo Indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Porto do Pecém, Ceará. **Fronteiras & Debates**, v. 8, n. 2, p. 117-139, 2021.

PAOLI, A. **Educación, autonomía y *lekil kuxlejal***. Aproximaciones sociolingüísticas a la sabiduría de los tzeltales. México: UAM, 2003.

PÉREZ MORENO, M.P. *Stael* o modo de ser, pensar, hacer, sentir, vivir del pueblo Tseltal de Bachajón. In: LEYVA SOLLANO, X.; CUBELS AGUILAR, L.; TRIGUEIRO DE LIMA, J.M. (Coords.). **Sistemas normativos y prácticas autonómicas del pueblo tzeltal de Chilón y Silalá**. Cidade do México: Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez, 2021, p. 37-47.

_____. *O'tanil*: corazón. Una sabiduría y práctica de sentir, pensar, entender, explicar y vivir el mundo desde los mayas tzeltales de Bachajón, Chiapas, México. In: OCHOA MUÑOZ, K. (coord.). **Miradas en torno al problema colonial**. Pensamiento anticolonial y feminismos descoloniales en los Sures Globales. México: Akal, 2019, p. 157-173.

PETERS, E.D; ARMONY, A.C.; CUI, S. **Building Development for a New Era**: China's Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean. Pittsburgh: Asian Studies Center/ Center for International Studies, 2018.

PITARCH RAMÓN, P. *Ch'ulel*. **Una etnografía de las almas tzeltales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

PORTO GONÇALVES, C. W. Entre América e *Abya Yala* – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, 2009, p. 25-30.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 201-246.

RODNEY, W. **Como Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROSSET, P. História das ideias de um movimento camponês transnacional. **Tensões Mundiais**, v. 14, n. 27, p. 191–226, 2018.

_____. La Guerra por la tierra y el territorio. In: **Primer Coloquio Internacional In Memoriam Andrés Aubry**. San Cristóbal de las Casas: Cideci Unitierra Ediciones, 2007, p.



159-175.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. Ni el centro, ni la periferia... Parte VII (y última) – sentir el rojo. El calendario y la geografía de la guerra”, en **Primero Coloquio Internacional inmemoriam Andrés Aubry**. San Cristóbal de las Casas: Universidad de la Tierra, Rebeldía, 2007.

_____. Chiapas: La Treceava Estela. **Enlace Zapatista, Archivo Histórico**, <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/>> (21 de julho de 2003).

SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (2009). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Argentina: Biblos, 2009.

TOUSSAINT, M.; GARZÓN, M. El Proyecto Mesoamérica: ¿éxito o fracaso? Límites de la cooperación de México hacia Centroamérica. **EntreDiversidades. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, núm. 8, p. 15-52, 2017.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VELTMEYER, H. Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics. **Journal of Peasant Studies**, 46(6), 2018, p. 1264-1285.

ZAVALETA, R. **La autodeterminación de las masas**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

WIREDU, K. Democracy and Consensus in African Traditional Politics. A Plea for a Non-party Polity. **Polylog: Forum for Intercultural Philosophy**. 2, 2000. Disponível em: <https://them.polylog.org/2/fwk-en.htm>. Acessado em março de 2024.

HISTÓRICO

Submetido: 31 de março de 2024.

Aprovado: 01 de novembro de 2024.

Publicado: 19 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Lia Pinheiro Barbosa

Doutora em Estudos Latino-Americanos - Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Pedro Rufino, 135, apartamento 1003, Varjota, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60.175-100.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0727-9027>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3858914223581195>

E-mail: lia.barbosa@uece.br

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

BARBOSA, L. P. O “Comum e a Não Propriedade”: a ontologia Zapatista na defesa do território e no confronto ao ontocídio do capital no Sul Global. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12794, 2024.